



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

**MINISTÉRIO DA
ADMINISTRAÇÃO ESTATAL
E FUNÇÃO PÚBLICA**

**PLANO DE
ENGAJAMENTO DAS
PARTES INTERESSADAS
(PEPI)**

**Projecto de Recuperação
Resiliente e Urbanização
para Emprego de
Moçambique
(MozResilience)**

Junho de 2026



PESSOAS EM PRIMEIRO LUGAR | PROTECÇÃO E INCLUSÃO | PARTICIPAÇÃO SIGNIFICATIVA | SUSTENTABILIDADE E RESILIÊNCIA

ÍNDICE

ABREVIATURAS	iii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Enquadramento Geral.....	1
1.2. Descrição do Projecto.....	1
1.2.1 Cobertura Geográfica	1
1.2.2 Componentes do Projecto.....	1
2. OBJECTIVO DO PEPI	4
3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS	4
3.1. Metodologia	4
3.2. Partes Afectadas.....	6
3.3. Outras Partes Interessadas	7
3.4. Indivíduos ou Grupos Desfavorecidos/Vulneráveis	7
4. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	20
4.1. Resumo do Envolvimento das Partes Interessadas Realizado Durante a Preparação do Projecto.....	20
4.1.1 Abordagem de Integração das Preocupações dos Participantes nos Instrumentos.....	66
4.2. Resumo das Necessidades das Partes Interessadas do Projeto e Métodos, Ferramentas e Técnicas para o Envolvimento	67
4.3. Estratégia Proposta para Incorporar as Opiniões dos Grupos Vulneráveis....	78
5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR O ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	79
5.1. Funções e Responsabilidades	79
5.2. Orçamento.....	84
6. MECANISMO DE RECLAMAÇÕES	85
6.1. Canais de Admissão	86
6.2. Processo de Resolução e Tabela de Fluxo	87
6.3. Sumário do MRR dos Trabalhadores	89
7. MONITORIA E RELATÓRIO	90
7.1. Indicadores de Monitoria do PEPI	91
7.2. Envolvimento das Partes Interessadas no Monitoramento	93
7.3. Apresentação de Relatórios aos Grupos de Partes Interessadas.....	93
7.4. Sugestões para Actualização do PEPI.....	94
ANEXOS	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Categorização das Partes Interessadas.....	5
Tabela 2: Matriz das Partes Afectadas e Interessadas por Componente.....	9
Tabela 3: Principais intervenções e respostas (Xai-Xai).....	23
Tabela 4: Principais intervenções e respostas (Chibuto).....	25
Tabela 5: Principais intervenções e respostas (Chókwe).....	28
Tabela 6: Principais intervenções e respostas (Beira).....	33
Tabela 7: Principais intervenções e respostas (Cidade de Maputo).....	35
Tabela 8: Principais intervenções e respostas (Marracuene).....	40
Tabela 9: Principais intervenções e respostas (Boane).....	48
Tabela 10: Principais intervenções e respostas (Matola-rio).....	53
Tabela 11: Principais intervenções e respostas (Cidade da Matola).....	58
Tabela 12: Resumo das Necessidades das Partes Interessadas do Projeto e Métodos, Ferramentas e Técnicas para o Envolvimento das Partes Interessadas.....	68
Tabela 13: Grupos Vulneráveis e Proposta de Técnicas para Consulta.....	78
Tabela 14: Funções e Responsabilidades na Implementação do PEPI.....	80
Tabela 15: Orçamento para a Implementação do PEPI.....	84
Tabela 16: Tabela de Fluxo de Resolução de Reclamações.....	87
Tabela 17: Matriz de integração dos MRRs.....	89
Tabela 18: Resumo dos Indicadores de Monitoria do PEPI.....	91

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Modelo para Registo da Ata da Consulta.....	95
Anexo 2: Modelo de Formulário de Registo da Reclamação.....	95
Anexo 3: Lista de Presenças nas Consultas Públicas – Chibuto.....	97
Anexo 4: Lista de Presenças nas Consultas Públicas – Chókwe.....	97
Anexo 5: Lista de Presenças nas Consultas Públicas – Beira.....	97
Anexo 6: Lista de Presenças nas Consultas Públicas – Cidade de Maputo.....	97
Anexo 7: Lista de Presenças nas Consultas Públicas – Marracuene.....	97
Anexo 8: Lista de Presenças nas Consultas Públicas – Boane.....	97
Anexo 9: Lista de Presenças nas Consultas Públicas – Matola-rio.....	97
Anexo 10: Lista de Presenças nas Consultas Públicas – Xai-Xai.....	97
Anexo 11: Lista de Presenças nas Consultas Públicas – Cidade da Matola.....	97

ABREVIATURAS

ADNAP	Administração Nacional das Pescas
A&S	Ambiental e Social
ARA-Sul	Administração Regional de Águas do Sul
ARAP	Plano de Acção de Reassentamento Abreviado
ARPAC	Arquivo do Património Cultural
C-PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social do Empreiteiro
CERRP	Projeto de Recuperação e Resiliência de Emergência dos Ciclones Idai e Kenneth (P171040)
CLO	Oficial de Ligação com a Comunidade
CMM	Conselho Municipal de Maputo (Conselho Municipal de Maputo)
CTA	Confederação das Associações Económicas de Moçambique
DINAB	Direcção Nacional de Gestão Ambiental
DINAF	Direcção Nacional de Florestas
DNGRH	Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos
DNPC	Direcção Nacional do Património Cultural
GRD	Gestão de Riscos de Desastres
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
CENOE	Centro de Operações de Emergência
FIPAAS	Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água e Saneamento
QAS	Quadro Ambiental e Social
PCAS	Plano de Compromisso Ambiental e Social
EIAS	Estudo de Impacto Ambiental e Social
QGAS	Quadro de Gestão Ambiental e Social
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
NAS	Norma Ambiental e Social
ESSF	Formulário de Triagem Ambiental e Social
VBG	Violência Baseada no Género
PIB	Produto Interno Bruto
MRR	Mecanismo de Resolução de Reclamações
GRS	Serviço de Resolução de Queixas (Banco Mundial)
IEM	Monitor externo independente
IFC	Corporação Financeira Internacional
INAE	Instituto Nacional de Apoio ao Emprego
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
INAM	Instituto Nacional de Meteorologia
INGD	Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão
KfW	Kreditanstalt für Wiederaufbau (Banco Alemão de Desenvolvimento)
PGMO	Procedimentos de Gestão de Mão de Obra
PRMS	Plano de Restauração dos Meios de Subsistência
MAEFP	Ministério da Administração Estatal e Função Pública
MIGA	Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
MISAU	Ministério da Saúde
MITESS	Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social
MOPHRH	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
MPA	Abordagem Programática Multifásica
MSME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
NbS	Soluções baseadas na natureza
ONG	Organização Não Governamental

OCHA	Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
SST	Saúde e Segurança no Trabalho
OIP	Outra parte interessada
OP 7,50	Política Operacional do Banco Mundial sobre Vias Navegáveis Internacionais
PAD	Documento de Avaliação do Projeto
PAP	Parte afetada pelo projeto
PDO	Objetivo de desenvolvimento do projeto
PDUL	Projeto de Desenvolvimento Urbano e Local
UIP	Unidade de Implementação do Projeto
PTUM	Projeto de Transformação Urbana de Maputo
PAR	Plano de Ação de Reassentamento
QPR	Quadro de Políticas de Reassentamento
SC	Subcomponente
EAS/AS	Exploração e abuso sexual / Assédio sexual
PEPI	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas
ESFERA	Padrões internacionais mínimos de abrigo humanitário
UN	Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ONU-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
WASH	Água, saneamento e higiene
BM	Banco Mundial

1. INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento Geral

Moçambique está entre os países mais vulneráveis às alterações climáticas em todo o mundo, regularmente exposto a cheias, ciclones e tempestades costeiras, principalmente devido à sua localização geográfica na confluência de sistemas fluviais e da bacia ciclônica do sudoeste do Oceano Índico. As cheias de janeiro de 2026, o fator determinante para este projeto (Projecto de Urbanização Resiliente para o Emprego (MozResilience), causaram danos estimados em 1,26 mil milhões de dólares americanos e necessidades de recuperação de 1,55 mil milhões de dólares americanos, o equivalente a 6,8% do PIB de 2024, afetando mais de 800.000 pessoas e destruindo 308 escolas, 263 unidades de saúde, 4.193 quilómetros de estradas e 22 pontes nas províncias da Grande Maputo, Gaza e Sofala.

Isso não apenas expõe o risco das mudanças climáticas, mas também, e talvez o mais importante, aprofunda as complexas vulnerabilidades que o país enfrenta. Primeiro, as cidades de Moçambique estão se urbanizando rapidamente, com planejamento limitado ou inexistente. Estima-se que a população nas áreas urbanas alcance 55% até 2050. Na maioria dos casos, ocupando planícies aluviais e zonas de alto risco, o risco de inundações urbanas deverá aumentar em até 70% até 2050, em um cenário de manutenção do status quo. Segundo a gestão de inundações tem sido, por muito tempo, fragmentada e reativa, implementada de forma isolada entre diferentes agências, sem um entendimento compartilhado em toda a cidade sobre a dinâmica das inundações, resultando na reconstrução repetida da infraestrutura com os mesmos padrões de baixa resiliência. Terceiro, a capacidade institucional municipal é frágil, com apenas 1,5% do gasto público nacional transferido anualmente para os municípios e praticamente nenhuma coordenação intermunicipal na Grande Maputo. Essas condições aprisionam as cidades em um ciclo de desastres, reconstrução e empobrecimento, minando sistematicamente o investimento privado e a criação de empregos, particularmente para as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), que representam mais de 90% das empresas de Moçambique – em um país onde menos de 30.000 empregos formais são criados anualmente, em comparação com a entrada de 500.000 novos trabalhadores no mercado de trabalho.

1.2. Descrição do Projecto

1.2.1 Cobertura Geográfica

O MozResilience terá como alvo principal os municípios afetados pelas inundações de janeiro de 2026 para intervenções de recuperação e reconstrução, abrangendo quatro províncias:

- **Cidade de Maputo:** Cidade de Maputo
- **Província de Maputo:** Matola, Boane, Marracuene e Matola Rio
- **Província de Gaza:** Xai-Xai, Chokwe e Chibuto
- **Província de Sofala:** Cidade da Beira

1.2.2 Componentes do Projecto

O projecto tem quatro componentes, nomeadamente:

Componente 1: Recuperação e Resiliência das Infraestruturas Urbanas

Esta componente apoia o emprego e a atividade económica através do financiamento da recuperação das infraestruturas urbanas de que as comunidades, as empresas e os

negócios dependem nas cidades afetadas pelas inundações. Compreende três subcomponentes:

- **Subcomponente 1.1: Reabilitação Resiliente de Infraestruturas Urbanas Danificadas pelas Inundações** financia a reparação e reabilitação urgentes de infraestruturas urbanas críticas danificadas pelas inundações de janeiro de 2026 em municípios selecionados da **Grande Maputo** (Cidade de Maputo, Matola, Matola Rio, Marracuene e Boane) e da **Província de Gaza** (Xai-Xai, Chókwè e Chibuto). Os investimentos prioritários visam estradas danificadas pelas inundações, sistemas de drenagem e medidas de controlo da erosão essenciais para manter o acesso aos serviços públicos, à atividade económica e à resposta a emergências.
- **A Subcomponente 1.2: Infraestruturas de Controlo de Inundações e Melhorias Urbanas** financia infraestruturas estratégicas e de grande escala de controlo de inundações, drenagem e controlo da erosão para fazer face aos riscos crónicos de inundações em áreas urbanas altamente vulneráveis. Na **Grande Maputo**, os investimentos centram-se na construção de novas infraestruturas de drenagem macro e secundárias para expandir a capacidade hidráulica, reduzir a acumulação de águas superficiais e mitigar a erosão em toda a área metropolitana, incluindo grandes coletores de drenagem na cidade de Maputo, canais de drenagem macro em Matola e novas redes de drenagem, pontes e infraestruturas de retenção em comunidades propensas a inundações em Boane. A subcomponente apoia também obras de proteção costeira na **Beira** e, quando apropriado, soluções-piloto baseadas na natureza para o controlo da erosão na província de Gaza, que poderão complementar os investimentos em infraestruturas cinzentas.
- **O subcomponente 1.3: Estudos e Projectos para a Resiliência Urbana** financia atividades analíticas, de planeamento e de projeto essenciais para orientar e preparar as fases subsequentes dos investimentos em infraestruturas resilientes. Isto inclui um plano de investimento no controlo de inundações para a bacia do Baixo Limpopo, planos diretores abrangentes de drenagem para os municípios da Grande Maputo e da Província de Gaza, apoiados por mapeamento LiDAR de alta resolução, projetos para abrigos de emergência resilientes e estudos específicos para cada cidade que abordam riscos localizados. Em **Xai-Xai**, as atividades incluem projetos para um dique circular e uma avaliação das opções de proteção costeira; em **Chókwè**, os estudos definirão soluções de dragagem e gestão de cheias fluviais baseadas na natureza; e em **Chibuto**, o trabalho analítico orientará soluções-piloto baseadas na natureza para estabilizar solos arenosos e mitigar os riscos de erosão.

Componente 2: Reforço da Capacidade de Preparação e Resposta a Emergências em Cidades Selecionadas

Esta componente adota uma abordagem holística para reforçar a preparação e a resposta a emergências, tanto a nível nacional como municipal, compreendendo duas subcomponentes:

- **Subcomponente 2.1: Reforço da Capacidade de Alerta Precoce e de Preparação e Resposta a Emergências** reforça os sistemas de alerta precoce existentes, através da transição para uma abordagem de alerta precoce baseada no impacto, sob a liderança do **Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD)**. Financia também a criação de centros de

operações de emergência a nível municipal para gerir a resposta municipal em coordenação com o centro nacional de operações de emergência.

- **Subcomponente 2.2: Melhorar os abrigos temporários e a gestão dos abrigos** financia uma avaliação sistemática dos locais de abrigo existentes, melhorias específicas para garantir a conformidade com os padrões mínimos de segurança, acessibilidade e SPHERE, e a expansão da rede de alojamento temporário seguro, em coordenação com o INGD e os municípios participantes.

Componente 3: Reforço da Capacidade Municipal para Serviços Urbanos Sustentáveis, Investimentos e Empregos

Esta componente reforça a capacidade institucional, técnica e operacional dos municípios participantes através de três subcomponentes:

- **Subcomponente 3.1: Sustentabilidade de Infraestruturas, Gestão de Ativos e O&M** Esta subcomponente irá atualizar/preparar/implementar planos e manuais de O&M para drenagem e controlo de cheias; introduzir gestão de ativos digitais/SIG sempre que possível. Reforçar a receita própria e a gestão financeira municipal (alargar a base de imposto sobre a propriedade; ligar os sistemas de propriedade e imposto; melhorar a cobrança/pagamento; previsão e alocação para O&M. Replicar e adaptar a experiência da Beira (registo digital de edifícios, e-STM, Sistema Municipal de Informação de Terrenos) para Xai-Xai, e melhorar a faturação/pagamentos na Beira. Estabelecer mecanismos de coordenação intermunicipal no Grande Maputo para infraestruturas partilhadas de drenagem/cheias O&M. Reforçar a capacidade municipal para integrar a gestão de riscos A&S, MRR, reassentamento, mitigação EAS/AS e supervisão de ESHS para empreiteiros mais cedo no ciclo de infraestruturas.
- **Subcomponente 3.2: Segurança da Posse e Planeamento Espacial para Permitir Investimento Privado e Empregos.** Esta subcomponente vai financiar o melhoramento da prontidão do solo nas áreas protegidas contra cheias de Beira e Xai-Xai (títulos de uso e aproveitamento de terra-DUAT), reforço dos sistemas de informação sobre terras, atualização dos planos de uso do solo e demarcação de limite. Utilizar diagnósticos de emprego e diagnósticos de investimento sensíveis ao género para priorizar áreas e investimentos bancáveis (agronegócio, indústria, turismo). Desenvolver uma cadeia de projetos financiáveis com o IFC e envolvimento estruturado do setor privado (incluindo CTA), apoiado por uma plataforma de investimento urbano online para mostrar oportunidades e processos de licenciamento.

Componente 4: Gestão do Projecto

Esta componente irá financiar os custos operacionais elegíveis relacionados com a execução do projeto, incluindo a coordenação do projeto, a gestão fiduciária, a gestão de riscos ambientais e sociais e a monitorização e avaliação (M&A).

Componente 5: Componente de Resposta a Emergências Contingente (CERC)

Em caso de emergência, os fundos não comprometidos de outros componentes podem ser realocados no CERC, com base num Plano de Acção de Emergência elaborado pelo Governo e acordado com o Banco Mundial, sendo as alocações finais determinadas no momento da activação. O Manual Operacional do CERC definirá a estrutura de financiamento, os critérios de ativação, os mecanismos de implementação e as atividades elegíveis alinhadas com o Acordo de Paris, que podem incluir medidas de

resposta a emergências com um prazo determinado, como a remoção de detritos, evacuação de emergência, estabilização estrutural, restabelecimento de serviços essenciais e transferências de rendimentos. O CERC pode ser complementado por instrumentos de contingência adicionais, incluindo a Opção de Resposta Rápida.

2. OBJECTIVO DO PEPI

O objetivo geral deste Plano Engajamento das Partes Interessadas (PEPI) é definir um programa para o envolvimento das partes interessadas, incluindo a divulgação de informação e a consulta ao longo de todo o ciclo do projecto, e garantir que o feedback (resposta) das partes interessadas é sistematicamente considerado e integrado no planeamento, na implementação e na gestão adaptativa do projecto. O PEPI descreve as formas como o Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP) e o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH) comunicarão com as partes interessadas e inclui um mecanismo através do qual as pessoas podem expressar preocupações, fornecer resposta ou apresentar queixas/reclamações sobre o projecto e quaisquer actividades relacionadas com o mesmo, e particularmente sobre projectos específicos nas respectivas comunidades. O PEPI enfatiza especificamente os métodos para envolver os grupos considerados mais vulneráveis e que correm o risco de serem excluídos dos benefícios do projecto. O presente foi elaborado em conformidade com os requisitos da norma ambiental e social 10 (NAS 10) do Banco Mundial (BM), bem como da legislação nacional aplicável.

3. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

3.1. Metodologia

As seguintes partes interessadas foram identificados e analisados tendo em conta os seus principais agrupamentos e subgrupos, bem como os requisitos regulamentares e a área alvo do projecto. A revisão documental de diversos documentos, incluindo os de projetos similares anteriores (Projecto de Desenvolvimento Urbano Local (PDUL)-P171603; Projecto de Recuperação de Emergência e Resiliência pós-Ciclones Idai e Kenneth (CERRP)-P171040; e Projecto de Transformação Urbana de Maputo (PTUM)-P171449), bem como a consulta às partes interessadas relevantes (detalhes na tabela 3 e anexo 3), foi fundamental para o desenvolvimento deste Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI). Foi ainda considerado como cada um dos grupos de partes interessadas será afetado pelo projecto e qual a influência que poderão exercer sobre o mesmo, o que auxilia no processo de elaboração de uma estratégia de engajamento, bem como na priorização das partes interessadas para consulta. Com base nisto, foi fundamental desenvolver e implementar métodos de envolvimento eficazes e inclusivos, considerando as diferentes necessidades de acesso e comunicação de vários grupos e indivíduos, especialmente os mais desfavorecidos ou vulneráveis. Estas partes interessadas incluem as partes afetadas (conforme definido na secção 3.2), outras partes interessadas (conforme definido na secção 3.3) e indivíduos ou grupos desfavorecidos/vulneráveis (conforme definido na secção 3.4).

A tabela abaixo resume as partes interessadas identificadas e categorizadas, bem como o seu nível de participação e influência no projecto. Esta tabela será atualizada durante a implementação do projecto para garantir que nenhuma parte interessada seja excluída do processo de consulta.

Tabela 1: Categorização das Partes Interessadas

Partes interessadas que possam ser afectadas directa ou indirectamente pelo projecto	Partes interessadas que participam na implementação do projecto	Partes interessadas com influência na implementação do projecto
<ul style="list-style-type: none"> • Municípes residentes nas áreas de intervenção. • Vendedores formais e informais das áreas de intervenção. • Proprietário de residências, proprietários de barracas, quiosques e seus trabalhadores afectados pelas obras de construção. • Proprietários de terras e árvores que poderão ser afectadas pelas obras, arrendatários de residências e estabelecimentos comerciais. • Empresas Privadas e Públicas localizadas ao longo das áreas de intervenção. • Estabelecimentos comerciais • Mulheres em situação de vulnerabilidade social, incluindo trabalhadoras do sexo. • Polidores de viaturas e manobristas. • Vendedores ambulantes e informais, vendedores de refeições. • Carregadores de mercadoria. • Residentes em abrigos (aqueles indivíduos ou famílias que perderam as suas casas e estão a viver em instalações temporárias, de transição ou de emergência). • Comunidades de acolhimento (aqueles 	<ul style="list-style-type: none"> • Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP). • Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH). • Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água e Saneamento (FIPAAS). • Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD). • Projecto de Desenvolvimento Urbano Local (PDUL). • Projecto de Recuperação de Emergência e Resiliência pós-Ciclones Idai e Kenneth (CERRP). • Projecto de Transformação Urbana de Maputo (PTUM). • Sociedade Civil • Organizações não-governamentais (ONGs), especialmente os que trabalham com violência baseada no género, acção social e infantil, processo de reconstrução da protecção social, capacitação dos jovens. • Organizações Comunitárias de Base (OCBs). • Órgãos de comunicação social 	<ul style="list-style-type: none"> • Conselhos Municipais de Maputo, Matola, Marracuene, Matolario, Boane, Xai-Xai, Chókwe, Chibuto, Beira. • Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP). • Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH). • Fundo de Investimento e Património de Abastecimento de Água e Saneamento (FIPAAS). • Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD). • ONG, OSC e associações (a nível nacional e municipal). • Universidades e instituições de investigação. • Políticos, e lideranças locais. • Órgãos de comunicação social (Imprensa) • Banco Mundial • DINAB/DPTADER/SPA ou outras autoridades ambientais competentes. • Líderes comunitários, secretários de bairro, chefes de quarteirão e autoridades tradicionais. • CTA e outras associações empresariais relevantes

<p>bairros, vilas ou cidades que absorvem populações deslocadas ou que albergam infraestruturas de emergência).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Famílias em geral (cujas suas infraestruturas necessitam de reparação, ou que perderam parte das suas terras/meios de subsistência sem serem completamente desalojadas). • Pessoas interessadas em trabalhar no projecto. • Pessoas com deficiência, idosos, famílias chefiadas por mulheres, crianças e jovens • Agricultores e deslocados internos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conselhos Municipais de Maputo, Matola, Marracuene, Matola-Rio, Boane, Xai-Xai, Chókwe, Chibuto, Beira. • Trabalhadores do projecto (directos, contratados e da cadeia de fornecimento). • Empreiteiros e prestadores de serviços, empresas de consultoria. • Fiscalização, Empreiteiros, Consultores 	
--	--	--

3.2. Partes Afectadas

Pessoas, grupos e outras entidades dentro da Área de Influência do Projecto que são directamente afetadas (efectiva ou potencialmente) pelo projecto e que foram identificadas como mais susceptíveis a mudanças associadas ao projecto, e que precisam de estar estreitamente engajadas na identificação dos impactos e do seu significado, bem como na tomada de decisões sobre as medidas de mitigação e de gestão.

As comunidades locais ao nível municipal serão directamente afectadas pelo Projecto através da implementação da construção e/ou reparação de infraestruturas de educação e saúde, serviços de abastecimento de água e saneamento, reabilitação de estradas. Por conseguinte, o envolvimento da comunidade local é importante para garantir a sua participação efectiva na tomada de decisões sobre a implementação do Projecto. As decisões de implementação do Projecto que podem ser de interesse para as comunidades locais incluem, mas não se limitam a: seleção, priorização e desenho de projetos, recrutamento de mão-de-obra local e critérios de selecção; mecanismos para apresentação de preocupações e queixas; impactos gerados pelo projeto, acessos alternativos em troços de estradas a reabilitar; papel dos líderes locais/secretários dos bairros; comunicação com os empreiteiros; riscos relacionados com a VBG/EAS/AS, especialmente devido à presença de trabalhadores das obras nos estaleiros. Na fase de implementação do projecto, os papéis esperados no envolvimento para todas as partes afetadas identificadas são consultados e colaboram e/ou estabelecem parcerias, dependendo das actividades específicas do projecto que estarão a ser realizadas em cada momento. As pessoas afectadas terão, entre outros aspectos, (i) espaços de

diálogo livre de manipulação, interferência, coerção ou intimidação antes de as decisões do projeto serem tomadas; (ii) canal gratuito, acessível e confidencial para submeter reclamações e receber respostas rápidas sobre o projeto; (iii) compensação justa e prévia caso ocorra deslocamento físico ou perda de meios de subsistência. Por outro lado, espera-se que as pessoas afectadas exerçam um papel ativo, colaborativo e contínuo na implementação do projecto, incluindo: participação activa nas reuniões informativas locais e sessões de debate; apresentar dúvidas, queixas ou denúncias por meio dos canais oficiais do projeto; comunicar problemas de segurança comunitária ou desvios nas obras; envolver-se diretamente na elaboração de planos de compensação (quando necessário) e na restauração de meios de subsistência.

3.3. Outras Partes Interessadas

Indivíduos/grupos/entidades que podem não sofrer os impactos directos do projecto, mas que consideram ou percebem que os seus interesses são afectados pelo projecto e/ou que podem afectar o projecto e o processo da sua implementação de alguma forma. As instituições governamentais tais como MISAU, MINEDH, MAA, MOPHRH, MAEFP entre outras, tanto a nível central como local (Municípios), bem como as organizações internacionais, desempenham um papel importante, que inclui assegurar a prestação de serviços básicos como a educação, a saúde, a habitação e a água. Estas instituições/organizações serão afetadas e têm interesse no projecto, uma vez que as suas infraestruturas e serviços serão impactados pela sua implementação. O seu interesse/intervenção dar-se-á através da supervisão das actividades nas suas áreas de responsabilidade e da coordenação de determinadas actividades em conjunto com as UIP.

Organizações Não-Governamentais (ONGs) como a Cruz Vermelha, *Save the Children*, e outras locais de ajuda humanitária, têm interesse em garantir a distribuição rápida e justa de bens de primeira necessidade às famílias desalojadas; assegurar que os abrigos temporários tenham condições dignas de saneamento e segurança; proteger grupos vulneráveis contra violência baseada no género em contextos de crise.

3.4. Indivíduos ou Grupos Desfavorecidos/Vulneráveis

Pessoas que podem ser desproporcionadamente afectadas ou ainda mais desfavorecidas pelo projecto em comparação com quaisquer outros grupos devido ao seu estatuto vulnerável, e que podem exigir esforços especiais de engajamento para assegurar a sua representação equitativa na consulta e no processo de tomada de decisão associado ao projecto.

De acordo com a Constituição de Moçambique (artigos 35º, 37º e 125º), a discriminação das Pessoas com Deficiência (PCD) é proibida, os seus direitos são garantidos e é-lhes oferecida protecção especial, reabilitação e integração social. O Plano Nacional de Acção para a Deficiência (PNAD-2012) e a Estratégia para a Educação e o Desenvolvimento Inclusivos das Crianças com Deficiência (2020-2029) operacionalizam os requisitos constitucionais. O Ministério do Trabalho, Género e Acção Social (MTGAS) e o Instituto Nacional de Assistência Social (INAS) são as principais entidades governamentais para a implementação de acções de protecção das PCD, enquanto o Fórum das Associações Moçambicanas de Pessoas com Deficiência (FAMOD) desempenha um papel crucial no combate à discriminação e às barreiras de acesso aos serviços públicos. As actividades destas instituições devem ser bem coordenadas com os implementadores do projecto (a nível central, e municipal), para garantir que as actividades de consulta estão alinhadas, evitando assim pressionar as mesmas comunidades e gerar fadiga de consulta. Adicionalmente, os projectos de execução de

infraestruturas públicas devem ser concebidos e construídos considerando elementos estruturais que garantam o acesso universal.

Grupos vulneráveis estendem-se àqueles que enfrentam (i) vulnerabilidade demográfica e física, como por exemplo mulheres chefes de família, idosos, crianças e órfãos; (ii) vulnerabilidade económica e de subsistência, como por exemplo pequenos agricultores de baixa renda, pescadores artesanais, trabalhadores do setor informal; (iii) vulnerabilidade de localização e habitação, como por exemplo famílias em zonas de alto risco de inundação, deslocados internos em centros de acomodação; (iv) vulnerabilidade social e de saúde, como por exemplo doentes crónicos e pessoas que vivem com HIV, vítimas de VBG; (v) vulnerabilidade institucional e de comunicação, como por exemplo população analfabeta ou sem domínio da língua Portuguesa, grupos sem documentação civil.

Tabela 2: Matriz das Partes Afetadas e Interessadas por Componente

SC	Grupo de Partes Afetadas pelo Projecto e/ ou Comunidades Beneficiárias dos Projetos	Tipo de impacto	Extensão do impacto	Localização
COMPONENTE 1: Recuperação e Resiliência das Infraestruturas Urbanas — US\$ 121.65 milhões				
1.1	Comunidades, famílias e moradores de assentamentos informais ao longo de corredores de reabilitação de estradas e sistemas de drenagem.	Deslocamento físico e econômico – potencial perda de moradia, terra ou acesso a serviços.	<p>Bairros periurbanos densamente povoados nos distritos Municipais de KaMaxaquene e de KaMubukwana de Maputo e em Matola sobrepõem-se às áreas de infraestrutura. As implicações do reassentamento devem ser avaliadas antes da finalização do desenho de cada projeto. Muitos detêm direitos fundiários informais ou consuetudinários, sem um DUAT formal – tendo direito à proteção integral do ESS5, independentemente do seu estatuto fundiário. Os agregados familiares chefiados por mulheres estão desproporcionalmente representados. Procedimentos específicos estão descritos no quadro de política de reassentamento (QPR) elaborado para este projecto.</p> <p>Os impactos deverão ser avaliados e, quando aplicável, serão implementadas medidas de compensação e restabelecimento dos meios de subsistência em conformidade com a NAS5.</p>	Cidade de Maputo, Matola, Matola Rio, Marracuene, Boane, Xai-Xai, Chókwè, Chibuto

SC	Grupo de Partes Afetadas pelo Projecto e/ ou Comunidades Beneficiárias dos Projetos	Tipo de impacto	Extensão do impacto	Localização
1.1	<p>Comerciantes ambulantes, vendedores de mercado e operadores de negócios informais ao longo dos corredores de reabilitação, tanto de estradas como de sistemas/valas de drenagem.</p> <p>Residentes de áreas formais</p> <p>Empresas privadas e públicas</p> <p>Estabelecimentos comerciais formais</p> <p>Arrendatários e utilizadores de infraestruturas localizadas nas áreas de intervenção.</p>	<p>Deslocamento económico - perda temporária ou permanente da localização e da renda da empresa</p>	<p>A maioria da população em idade ativa nos distritos Municipais de KaMaxaquene, KaMavota e de KaMubukwana de Maputo depende da economia informal. Os vendedores ambulantes constituem um grupo específico de pessoas economicamente desfavorecidas, devendo ser registados e receber uma indemnização antes do início das obras, independentemente do seu estatuto de registo comercial. A perda do ponto de venda durante a construção pode eliminar completamente o rendimento familiar. Estes beneficiários deverão ser devidamente mapeados e beneficiar da implementação do plano de recuperação dos meios de subsistência (PRMS).</p>	<p>Bairros periurbanos da cidade de Maputo — Distritos Municipais de KaMaxaquene, KaMavota e de KaMubukwana; áreas de mercado da província de Gaza</p>

SC	Grupo de Partes Afetadas pelo Projecto e/ ou Comunidades Beneficiárias dos Projetos	Tipo de impacto	Extensão do impacto	Localização
1.2	Famílias que enfrentam deslocamento físico ou económico ao longo de grandes corredores de drenagem e proteção costeira.	Deslocamento físico e económico – perda de moradia, terras, bens ou acesso a recursos costeiros.	As obras de drenagem e proteção costeira em grande escala apresentam o risco substancial de reassentamento (físico/económico) no portfólio. No entanto, isto minimizado pelo facto de as obras já estarem em curso e tanto o ESIA como o RAP estejam em implementação. As obras na macrodrenagem de Maputo, Matola, bacias de retenção de Boane e zona costeira da Beira exigirão Estudos de Impacto Ambiental e Social (EIAS) e Planos de Ação de Reconstrução (PAR) completos antes do início das obras. Estes documentos já foram elaborados para as obras de protecção costeira na Beira, incluindo o Plano de Restauração dos Meios de Subsistência (PRMS), e a respectiva licença ambiental emitida. Assim, poderá ser necessário fazer a actualização destes documentos. A escala e a complexidade do deslocamento são superiores a SC 1.1 - EIA de Categoria A+ obrigatória. O PAR deve ser aprovado antes da emissão dos documentos de licitação. Procedimentos específicos estão descritos no quadro de política de reassentamento (QPR) elaborado para este projecto.	Corredores de drenagem macro da Grande Maputo; Zona costeira da Beira; Bacia de Boane Umbeluzi

SC	Grupo de Partes Afetadas pelo Projecto e/ ou Comunidades Beneficiárias dos Projetos	Tipo de impacto	Extensão do impacto	Localização
1.2	Comunidades de pesca artesanal — costeiras e estuarinas	<p>Deslocamento econômico — perda de acesso à pesca, danos aos equipamentos, redução da captura durante a construção; potencial exclusão permanente das áreas de pesca tradicionais. Aumentam de sólidos suspensos nas linhas de água devido a escavação de canais de drenagem.</p> <p>Bloqueia as rotas de migração de peixes nativos e crustáceos devido a construção de diques/comportas para controle de cheias.</p>	<p>Entre os grupos economicamente mais vulneráveis da carteira. As obras de proteção costeira na Beira ameaçam diretamente o acesso temporário ao mar e os equipamentos de pesca na zona costeira. As obras de drenagem do estuário de Marracuene afetam as comunidades piscatórias do rio Incomati. Os direitos ao abrigo da Lei n.º 22/2013 (Lei das Pescas) devem ser avaliados segundo os critérios ESS5 e ESS6. É necessário um Plano de Recuperação dos Meios de Subsistência (PRMS), como parte do plano de acção de reassentamento (PAR). Não conseguem absorver as perdas sem apoio formal, e por isso o PRMS é essencial.</p>	Zona costeira da Beira; Marracuene — estuário do Rio Incomati; Baía de Maputo

SC	Grupo de Partes Afetadas pelo Projecto e/ ou Comunidades Beneficiárias dos Projetos	Tipo de impacto	Extensão do impacto	Localização
1.3	Famílias de agricultores irrigados — Sistema de irrigação Chókwè Limpopo	Deslocamento econômico — interrupção temporária do funcionamento do canal de irrigação durante a dragagem; potencial perda de colheitas e rend+a.	A economia do distrito de Chókwè está estruturada em torno da agricultura irrigada. As obras de dragagem interrompem o funcionamento dos canais dos quais as famílias de agricultores dependem diretamente. As inundações de janeiro de 2026 já causaram a perda de 34.000 cabeças de gado e 105.000 hectares de terras agrícolas na província de Gaza — qualquer interrupção adicional agrava a situação. Consulta prévia, planejamento sazonal e compensação por deslocamento econômico são obrigatórios, em conformidade com o quadro de política de reassentamento (QPR) e igualmente do plano de recuperação dos meios de subsistência (PRMS) que será elaborado como parte do PAR. A definição de deslocamento econômico do ESS5 se aplica independentemente do regime fundiário.	Distrito de Chókwè — Sistema de irrigação de Limpopo, Província de Gaza
1.3	Comunidades na área piloto de Chibuto NbS — pequenos agricultores e usuários da terra	Deslocamento econômico — potenciais restrições às atividades agrícolas e de uso da terra na área de controle de erosão de NbS	Os solos arenosos eólicos e a dinâmica da erosão no distrito de Chibuto significam que as obras de vegetação baseadas na natureza (SbN) podem restringir o uso da terra existente. Conflitos de uso da terra entre concessões de mineração, extração de areia e agricultura familiar já existem. O projeto piloto de SbN deve ser concebido com a participação da comunidade e não deve impor restrições de uso da terra sem consulta prévia e acordos de compensação.	Distrito de Chibuto, Província de Gaza

SC	Grupo de Partes Afetadas pelo Projecto e/ ou Comunidades Beneficiárias dos Projetos	Tipo de impacto	Extensão do impacto	Localização
COMPONENTE 2: Reforço da Capacidade de Preparação e Resposta a Emergências em Cidades Seleccionadas (US\$11.05 milhões)				
2.1	Residentes com baixo nível de alfabetização, que não falam português, idosos e com mobilidade reduzida. Pessoas com deficiência visual, auditiva e intelectual.	Exclusão dos benefícios do EWS — risco de não ser alcançado pela disseminação do alerta precoce e de não conseguir evacuar a tempo.	Se o projeto do Sistema de Alerta Precoce (EWS) não incorporar canais de disseminação acessíveis e idiomas locais, os grupos com maior risco de mortalidade por inundações serão sistematicamente excluídos dos benefícios do sistema. Sessões dedicadas à acessibilidade e consultas com as comunidades locais sobre o projeto do EWS são necessárias antes da finalização do sistema. Simulações comunitárias após a instalação devem verificar se os alertas estão chegando e sendo compreendidos por esses grupos. Adicionalmente, estes grupos deverão ser consultados sobre todos os aspectos relacionados como o projecto.	Todos os 9 municípios — prioridade: Xai-Xai, Chókwè, Beira, Boane (maior risco de mortalidade por inundação)

SC	Grupo de Partes Afetadas pelo Projecto e/ ou Comunidades Beneficiárias dos Projetos	Tipo de impacto	Extensão do impacto	Localização
2.2	Populações deslocadas em abrigos temporários — incluindo mulheres, meninas, pessoas com deficiência e crianças.	Danos físicos, risco de violência de gênero/abusiva e exploração sexual/assédio sexual, acesso inadequado a água, saneamento e higiene e saúde, exclusão da tomada de decisões sobre o projeto de abrigos.	As populações deslocadas são o grupo mais vulnerável em todo o projeto. 170.223 famílias já estão deslocadas. A seleção do local do abrigo, o layout e o projeto de WASH (água, saneamento e higiene) determinam diretamente os resultados em termos de segurança e dignidade. Mulheres e meninas enfrentam um risco elevado de violência baseada em gênero em abrigos. Sessões exclusivas para mulheres sobre layout e adequação de WASH são obrigatórias antes da finalização do projeto. Uma auditoria de acessibilidade para pessoas com deficiência é exigida antes da ativação de qualquer local. O comitê de gestão do abrigo, liderado pela comunidade, deve ter no mínimo 50% de representação feminina.	Todos os 9 municípios — prioritários: Xai-Xai, Chókwè, Beira
2.2	Comunidades adjacentes aos locais propostos para abrigos	Atritos sociais, preocupações com o acesso à terra e concorrência de serviços por parte de grandes abrigos temporários nas proximidades.	Grandes áreas de abrigo em zonas periurbanas geram atritos sociais com as comunidades vizinhas em relação ao acesso à terra, ao uso da água e à percepção de competição por serviços. A seleção do local deve levar em consideração a aceitação da comunidade e a exposição a riscos antes da confirmação da localização. O INGD deve consultar as comunidades adjacentes antes de qualquer designação de local, bem como aos provedores de serviços que devem ser informados sobre os procedimentos a seguir para lidar com as comunidades locais e vizinhas das zonas de abrigo.	Municípios com propostas de melhorias nos abrigos — particularmente Xai-Xai e Chókwè

SC	Grupo de Partes Afetadas pelo Projecto e/ ou Comunidades Beneficiárias dos Projetos	Tipo de impacto	Extensão do impacto	Localização
COMPONENTE 3: Reforço da Capacidade Municipal para Serviços Urbanos Sustentáveis, Investimentos e Empregos — US\$ 7.3 milhões				
3.1	Moradores de assentamentos informais afetados por reformas de planeamento urbano e controle do desenvolvimento.	Restrição dos direitos de uso da terra ou da elegibilidade para serviços por meio de instrumentos de planeamento que não protegem adequadamente a posse informal da terra. Oportunidades de participação comunitária e benefícios decorrentes do planeamento urbano.	Os instrumentos de reforma do planeamento urbano desenvolvidos sob a SC 3.1 devem ser avaliados quanto às implicações do ESS5 antes de sua adoção. Reformas que introduzem controles de desenvolvimento mais rigorosos ou formalizam limites de uso do solo sem consulta prévia à comunidade podem, inadvertidamente, restringir os direitos de moradores de assentamentos informais que dependem do uso consuetudinário da terra. A consulta às comunidades de assentamentos informais sobre propostas de reforma do planeamento é um requisito obrigatório de meio ambiente e social.	Todos os 9 municípios - particularmente bairros periurbanos informais na cidade de Maputo, Matola, Beira

SC	Grupo de Partes Afetadas pelo Projecto e/ ou Comunidades Beneficiárias dos Projetos	Tipo de impacto	Extensão do impacto	Localização
3.2	Comunidades com ocupação informal em terrenos estratégicos propostos para investimento privado	Deslocamento físico ou econômico sem aviso prévio - perda de terras utilizadas para habitação, agricultura ou comércio informal sob direitos de ocupação consuetudinários ou de longa data.	Comunidades podem ter ocupado os terrenos propostos para investimento por décadas, com base em direitos reconhecidos pela Lei nº 19/97, mas não possuem um DUAT formal. Caso os terrenos sejam comercializados ou preparados sem a identificação e consulta prévias às comunidades, esses ocupantes correm o risco de serem deslocados sem um processo formal de regularização. É necessária uma rigorosa diligência ambiental e social em cada terreno proposto — incluindo a identificação das comunidades — antes que qualquer terreno seja comercializado, demarcado ou preparado. Aplicam-se os Padrões de Desempenho ESS5 e IFC.	Cidade de Maputo e Beira - municípios prioritários para identificação de parcelas de investimento privado
CORTE TRANSVERSAL — Todos os Componentes				

SC	Grupo de Partes Afetadas pelo Projecto e/ ou Comunidades Beneficiárias dos Projetos	Tipo de impacto	Extensão do impacto	Localização
Todos	Famílias chefiadas por mulheres	Vulnerabilidade agravada – maior exposição ao deslocamento físico e econômico; maiores barreiras aos processos de consulta e compensação.	Os agregados familiares chefiados por mulheres estão concentrados de forma desproporcional em assentamentos informais sujeitos a inundações nos nove municípios e têm maior probabilidade de possuir direitos de uso da terra não documentados. Eles enfrentam maiores barreiras à consulta formal, incluindo acesso físico, responsabilidades familiares e exclusão cultural de reuniões com grupos mistos. Necessário: sessões dedicadas exclusivamente a mulheres; agentes comunitárias de saúde para visitas domiciliares; censo de ativos do Plano de Ação para a Redução de Riscos (RAP) desagregado por gênero; pesquisas socioeconômicas PEPlaradas para agregados familiares chefiados por mulheres.	Todos os 9 municípios

SC	Grupo de Partes Afetadas pelo Projecto e/ ou Comunidades Beneficiárias dos Projetos	Tipo de impacto	Extensão do impacto	Localização
Todos	Deslocados internos e pessoas deslocadas internamente devido as cheias de janeiro de 2026 em todos as cidades alvo do projecto	O estresse econômico agudo e a ruptura das redes sociais agravam qualquer deslocamento adicional ou interrupção dos meios de subsistência relacionados ao projeto.	As 170.223 famílias deslocadas pelas inundações de janeiro de 2026 constituem a base social sobre a qual todos os impactos do projeto serão calculados. Qualquer deslocamento adicional decorrente das atividades de construção — mesmo que temporário — ocorre em um contexto de vulnerabilidade já aguda. Formatos de consulta flexíveis, visitas domiciliares aos abrigos e comunicação clara e antecipada sobre os direitos sobre a terra, ao abrigo do Plano de Ação de Reassentamento (PAR) que será elaborado em linha com o QPR, são essenciais. Adicionalmente, será indispensável agendar as consultas em horários compatíveis com as rotinas domésticas; divulgar informações através de redes comunitárias como associações de camponeses, comités locais de água, grupos de poupança tradicionais e igrejas; disponibilizar caixas de reclamações (seguras) em locais públicos, números de telefone gratuitos (linhas verdes) e pontos focais comunitários formados para registrar queixas apresentadas oralmente. O cronograma das fases de construção do projeto deve levar em consideração os ciclos agrícolas sazonais e os prazos de recuperação dos deslocados.	Concentrada em Xai-Xai, Chókwè, Boane, Beira - mas presente em todos os 9 municípios.

4. PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

A implementação do programa de envolvimento das partes interessadas no contexto deste PEPI, deverá ser guiado pelo princípio de proporcionalidade que deve considerar o nível do risco A&S que as actividades propostas implicam, o qual vai ditar a alocação de recursos, a escala e os canais do MRR. A matriz na tabela abaixo ligue o nível de risco dos subprojetos aos requisitos mínimos de divulgação, consulta e acompanhamento. Este princípio deverá ser aplicado no processo de implementação do PEPI.

Categoria de risco A&S dos subprojectos	Risco potencial	Abordagem de consulta pública/engajamento
Alto / Substancial	Grandes obras de drenagem, estradas, reassentamento involuntário ou restrição severa ao uso de recursos.	Consultas formais profundas, materiais traduzidos para línguas locais, MRR independente e auditoria social contínua.
Moderado	Infraestruturas locais (pequenos sistemas de abastecimento de água, reabilitação de escolas ou vias de acesso locais).	Consultas focadas nos beneficiários diretos e reuniões comunitárias com lideranças locais.
Baixo	Assistência técnica (Estudos, capacitação técnica institucional ou formulação de instrumentos regulatórios).	Sessões de divulgação de informação pública, recolha de pareceres e canais digitais/presenciais simplificados de feedback.

4.1. Resumo do Envolvimento das Partes Interessadas Realizado Durante a Preparação do Projecto

Como parte da preparação do Projecto e em paralelo com o desenvolvimento do QGAS, foram realizadas consultas públicas nas cidades alvo do projecto, nomeadamente Municípios de Maputo, Matola, Marracuene, Boane, Matola-rio, Xai-Xai, Chibuto, Chókwe, e Beira, nos dias 12, 13, 14, 22 de Maio de 2026. O objectivo das consultas públicas foi de (i) divulgar o QGAS, QPR, PEPI, e PGMO preparados para apoiar e orientar a implementação do projecto; (ii) auscultar o parecer das partes interessadas sobre estes instrumentos, e igualmente do projecto proposto; (iii) fornecer às partes interessadas a oportunidade de validar as principais constatações, procedimentos e conclusões; e (iv) permitir que as partes interessadas compreendam os riscos e impactos A&S e benefícios que resultarão da implementação do projecto. Um total de 478 pessoas participaram nas consultas públicas, sendo 44 em Xai-Xai, 75 em Chókwe, 33 em Chibuto, 18 em Maputo, 63 em Boane, 62 em Marracuene, 84 na Matola-rio, 44 na Cidade da Matola, e 55 na Beira. Os detalhes das listas de presenças são apresentados nos anexos 3 a 11.

As principais instituições que estiveram presentes nas sessões de consultas incluem as seguintes:

Município de Chókwe

- Ministério da Agricultura, Ambiente e Pescas (MAAP), Direcção Nacional de Terras e Desenvolvimento Territorial (DNDT)
- Assembleia Municipal de Chókwe
- Líderes locais

- Partidos Políticos
- Líderes Religiosos
- Instituto Agrário de Chókwe
- Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social
- Instituto Nacional de Acção Social – IP (INAS-IP)
- Associação Tsemba Mandla
- Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM)
- Professores
- Sociedade Civil
- Académicos
- Agricultores
- Confederação das Associações Económicas (CTA)
- Residentes municipais

Município da Beira

- Conselho Municipal da Cidade da Beira
- Serviço Autónomo de Saneamento da Beira (SASB)
- Fórum das Associações Moçambicanas de Pessoas com Deficiência (FAMOD)
- Associação Comercial da Beira (ACB)
- Direcção Provincial de Desenvolvimento Territorial e Ambiente (DPDTA)
- Agentes Económicos da Cidade de Chibuto e
- Líderes Comunitários
- Secretários dos Bairros
- Jornalistas
- Residentes municipais

Município de Chibuto

- Conselho Municipal da Cidade de Chibuto
- Assembleia Municipal da Cidade de Chibuto
- Técnicos do Conselho Municipal e da Assembleia Municipal
- Conselho Empresarial Distrital (CED)
- Agentes Económicos da Cidade de Chibuto
- Líderes Comunitários e Secretários dos Bairros da Cidade de Chibuto
- Residentes municipais

Município de Xai-Xai

- Conselho Municipal da Cidade de Xai-Xai
- Assembleia Municipal da Cidade de Xai-Xai
- Técnicos do Conselho Municipal e da Assembleia Municipal
- Conselho Empresarial Distrital (CED)
- Agentes Económicos da Cidade de Xai-Xai
- Líderes Comunitários e Secretários dos Bairros da Cidade de Xai-Xai
- Residentes municipais

Município de Maputo

- Distritos Municipais
- Membros do Conselho Municipal
- Direcção Nacional do Ambiente e Mudanças Climáticas (DNAMC)
- Residentes municipais
- Líderes comunitários

Município de Boane

- Conselho Municipal da Vila de Boane (CMVB)
- Água da Região de Maputo (AdRM)
- Electricidade de Moçambique (EDM)
- Organizações da sociedade Civil
- Residentes municipais
- Organização da Juventude Moçambicana (OJM)

Município de Marracuene

- ISGM-GM Administrador
- Associação Moçambicana de Reciclagem (AMORA)
- Postos administrativos
- Autoridade local (Régulo)
- Conselho Municipal da Vila de Marracuene (CMVM)
- Líderes religiosos

Município de Matola-rio

- Secretários do Bairros
- Chefe de Quarteirão
- Residentes municipais
- OJM
- Líderes comunitários

Município da Cidade da Matola

- Concelho Municipal da Cidade da Matola (CMCM)
- Governo da Província de Maputo
- Chefe dos Serviços do Posto Administrativo da Machava
- Secretários dos Bairros
- Universidade Uniutive
- Serviços Provinciais do Ambiente
- Órgãos de Comunicação Social

Tabela 3: Principais intervenções e respostas (Xai-Xai)

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta Apresentada
1		Participants da Consulta	Questionou o objectivo da consulta pública e solicitou maior clareza sobre o projecto e os documentos apresentados.	Foi esclarecido que a presente fase visa apenas a elaboração dos Instrumentos Ambientais e Sociais, incluindo QGAS, QPR, PEPI e PGMO, destinados a identificar riscos, orientar compensações e assegurar participação pública contínua durante todas as fases do projecto. Portanto, esta consulta também serve para apresentar o projecto.
2		Líder Comunitária	Referiu problemas de ocupação desordenada e necessidade de melhor gestão urbana.	Foi explicado que o projecto procura promover desenvolvimento urbano resiliente, incluindo melhor planeamento urbano, drenagem e protecção das áreas vulneráveis às cheias.
3		Conselho Municipal	Manifestou preocupação sobre compatibilização entre legislação nacional e exigências do Banco Mundial, bem como reassentamentos em áreas ocupadas ilegalmente.	A equipa esclareceu que os instrumentos seguem simultaneamente o quadro legal nacional e as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial, especialmente a NAS 5 sobre reassentamento involuntário.
4		Líder Comunitária	Defendeu limpeza e abertura de canais e corpos de água para reduzir inundações.	Foi explicado que as actividades do projecto incluem intervenções em drenagem, controlo de cheias e recuperação de infraestruturas urbanas resilientes.
5		Fórum das Associações Religiosas	Defendeu abordagem humana nos reassentamentos e alertou para possíveis conflitos sociais.	Foi reforçado que o QPR prevê medidas de compensação justa, assistência

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta Apresentada
				transitória, protecção dos meios de vida e especial atenção aos grupos vulneráveis.
6		Instituto Superior de Gestão	Defendeu planeamento estratégico da cidade baixa e construção de infraestruturas resilientes.	Foi explicado que o projecto visa precisamente reforçar a resiliência urbana e reduzir vulnerabilidades históricas associadas às cheias recorrentes.
7		Restaurante Delícia Jacimina	Questionou impactos sobre PME's e solicitou capacitação de jovens locais.	Foi esclarecido que o projecto prevê geração de empregos, fortalecimento económico local e mecanismos de envolvimento de trabalhadores comunitários e locais no âmbito do PGMO.
8		Associação Local	Solicitou equipamentos adequados para abertura de rios, canais e drenagem.	A equipa explicou que os estudos subsequentes irão definir especificações técnicas adequadas às condições locais e aos riscos identificados.
9		Representante Municipal	Defendeu maior coordenação institucional e melhorias nas estradas e drenagem.	Foi esclarecido que o projecto prevê coordenação multi-sectorial entre Governo Central, Província, Distrito e Municípios para garantir implementação integrada.
10		Representante Municipal	Demonstrou preocupação com projectos financiados pelo Banco Mundial que expiram antes da execução efectiva.	A equipa explicou que os instrumentos ambientais e sociais procuram fortalecer o planeamento, gestão de riscos e preparação adequada das intervenções para melhorar eficiência e sustentabilidade do projecto.
11		Vereador dos Serviços Urbanos	Agradeceu as contribuições dos participantes e destacou a importância das preocupações levantadas.	Foi reforçado que todas as contribuições recolhidas serão consideradas na melhoria dos instrumentos ambientais e sociais.
12		Equipa Técnica	Explicaram objectivos dos instrumentos ambientais e	Foi reiterado que ainda não existem planos específicos de reassentamento nem

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta Apresentada
			sociais e natureza preliminar da presente fase.	estudos detalhados de impacto ambiental, os quais serão desenvolvidos e submetidos à consulta posteriormente conforme as intervenções forem definidas.
13		Conselho Municipal de Xai-Xai	Reforçou necessidade de colaboração comunitária contínua e valorizou o projecto como oportunidade para reduzir impactos das cheias.	A equipa reforçou que o PEPI prevê mecanismos permanentes de consultas e divulgação públicas, comunicação comunitária e gestão de reclamações durante todo o ciclo do projecto.

Tabela 4: Principais intervenções e respostas (Chibuto)

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
1		Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Chibuto	Incentivou a participação pública através de perguntas, sugestões e pedidos de informação; explicou que o projecto está em fase de consultas e levantamentos preliminares.	Foi esclarecido que o PEPI prevê consultas públicas contínuas, divulgação de informação e participação significativa das comunidades durante todas as fases do projecto.
2		Vereadora no Conselho Municipal da Cidade de Chibuto	Defendeu a necessidade de compensações para pessoas afectadas pelo projecto.	A apresentação explicou que o QPR define mecanismos de compensação monetária, reposição de activos, assistência transitória e apoio aos meios de vida para pessoas afectadas
3		Serviço Municipal de Actividades Económicas	Referiu a importância de compensar adequadamente os afectados.	Foi esclarecido que o projecto considera elegíveis titulares formais,

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Contribuições	Intervenções /	Resposta apresentada
					ocupantes informais, utilizadores costumeiros e actividades económicas afectadas.
4		EDM – Chefe da Zona Municipal de Chibuto	Levantou a questão de eventual dupla compensação e aspectos relacionados com compensações sociais.		Foi explicado que os instrumentos ambientais e sociais seguem critérios definidos pelo Quadro Legal nacional e pelas normas do Banco Mundial, assegurando transparência e controlo no processo de compensações.
5		Presidente do Conselho Empresarial Distrital de Chibuto	Comentou aspectos gerais do projecto e do levantamento de activos.		Foi esclarecido que o levantamento de activos e pessoas afectadas faz parte do processo preliminar de identificação de impactos e preparação de medidas de mitigação e compensação.
6		Presidente da Assembleia Municipal da Cidade de Chibuto	Destacou que o projecto visa reduzir os impactos das chuvas, defendendo transparência no levantamento das famílias afectadas e alertando para possíveis atrasos, tendo em conta o rigor exigido. Manifestou ainda preocupação com a contratação de empreiteiros sérios, capazes de garantir o pagamento regular dos salários, evitando eventuais passivos para o Conselho Municipal.		A equipa explicou que o projecto adopta mecanismos de gestão ambiental, social e laboral, incluindo PGMO, códigos de conduta e mecanismos de gestão de reclamações, visando garantir responsabilidade dos empreiteiros e protecção dos trabalhadores.

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Contribuições	Intervenções /	Resposta apresentada
7		Secretário do Bairro 3 da Cidade Chibuto	Considerou o projecto uma oportunidade; apelou para minimização dos impactos sociais e prevenção de conflitos comunitários.		Foi reforçado que os instrumentos A&S incluem medidas de prevenção de riscos sociais, participação comunitária e mecanismos de resolução de reclamações e conflitos.
8		Residente do Bairro 3 da Cidade Chibuto	Solicitou maior atenção às pessoas que vivem e dependem economicamente das áreas afectadas.		Foi explicado que o projecto prevê medidas específicas de apoio aos meios de vida, compensações e assistência às actividades económicas afectadas, bem como a operacionalização de futuros processos de consulta para os subprojetos.
9		Secretário do Bairro Mudada Cidade Chibuto	Demonstrou preocupação com impactos no desenvolvimento económico local.		A explicou que o projecto pretende promover maior resiliência urbana, geração de empregos e desenvolvimento económico e social.
10		Secretário do Bairro Unidade Cidade Chibuto	Pediu consideração das experiências anteriores e dos problemas ligados a drenagem e estradas.		Foi esclarecido que o projecto inclui intervenções em drenagem, estradas e controlo de cheias, considerando riscos e lições aprendidas de intervenções anteriores.
11		Chefe de Serviço no Conselho Municipal da Cidade Chiboto	Manifestou preocupação com resíduos, reassentamentos, rumores e desinformação; pediu comunicação clara sobre o projecto e cautelas para evitar de informações em torno do projecto		A equipa explicou que haverá mecanismos de comunicação contínua, gestão de resíduos, gestão de reclamações e divulgação de informação clara às comunidades.

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
12		Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho Municipal	Explicou que a consultoria visa identificar riscos e apoiar salvaguardas sociais e ambientais; reforçou a importância da recolha contínua de informações.	A apresentação confirmou que os instrumentos A&S servem para identificar riscos, proteger pessoas e ambiente e orientar medidas de mitigação e compensação.
13		Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Chibuto	Manifestou gratidão pela inclusão da Cidade de Chibuto nas intervenções pós-cheias do Projecto, destacando o rigor do Banco Mundial na aplicação das salvaguardas socioambientais, o que contribui para reduzir reclamações e conflitos durante a implementação.	Foi reforçado que os instrumentos seguem as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial e o quadro legal nacional, garantindo conformidade, participação e protecção social e ambiental.

Tabela 5: Principais intervenções e respostas (Chókwe)

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
1		Chefe do 1º Bairro	<ul style="list-style-type: none"> Reforçou que o projecto ainda está na fase de preparação, por isso não se termine na consulta pública, tem que ir até a execução. 	Tomamos nota.
2		-	<ul style="list-style-type: none"> Para além da estrada indicada pelo Excelentíssimo Presidente do Município, há outras que requerem reabilitação, por exemplo os cerca de 1km no 3º Bairro. 	Tomamos nota e iremos incluir nos documentos ambientais e sociais (A&S), para que se tome em atenção no processo de selecção de projectos, bem como

				e possíveis processos de compensação.
3		-	<ul style="list-style-type: none"> • É importante reabilitar as estradas e valas de drenagem como forma também de reduzir os acidentes que tem ocorrido actualmente. • Seria muito bom e de mais valia se o projecto não demorasse a iniciar e que não fosse interrompido ou cancelado. 	Muito importante a esta nota sobre limitação do risco de acidentes. Os instrumentos ambientais e sociais que apresentamos hoje, também trazem procedimentos para evitar riscos de acidentes.
4		INAS	<ul style="list-style-type: none"> • Agradece o facto de que o INAS é considerado como parte dos intervenientes no projecto. • Na fase de execução do projecto, deve se considerar os idosos, dando emprego no que eles conseguem fazer. • Nas estradas do 3o bairro, deve-se incluir acessos de saída e entrada adequados para pessoas portadoras de deficiência. 	Obrigado pelas sugestões. Serão encaminhadas.
5		-	<ul style="list-style-type: none"> • Gostaria de saber se a actual ponte/ponteca na estrada que liga o 3º e 4º bairros, será alargada ou não. • Seria bom que fosse alargada para que possam mais água e assim evitar enchentes na zona. 	Obrigado pela sugestão e pergunta. A resposta exata poderá ter na fase de concepção dos subprojetos. O Município irá, nessa altura, esclarecer.
6		-	<ul style="list-style-type: none"> • As estradas do 3º Bairro precisam de intervenção. Elas são muito importantes porque dão acesso ao hospital que está lá no Bairro. Portanto, reabilitar estas estradas será uma mais valia extremamente importante. 	Obrigado, tomamos nota.

7		Chefe do 3º Bairro A	<ul style="list-style-type: none"> • As pontes que serão reabilitadas/construídas têm que ser bem desenhadas/concebidas para serem de facto resilientes e também escoar bem a água. • A sinalização é prioritária para evitar acidentes. 	Obrigado, a sinalização é essencial para evitar acidentes. Acreditamos que o desenho irá contemplar sinalização.
8		Professor	<ul style="list-style-type: none"> • É importante notar que a resiliência vai depender da capacidade de escoamento e condições do rio. • Revestir as valas de drenagem é importante para rápido escoamento das águas. 	Obrigado pelas sugestões. Serão incluídas nos documentos.
9		Sociedade Civil	<ul style="list-style-type: none"> • Que tipo de acções serão realizadas para que as valas a serem intervencionadas sejam consideradas resilientes. • No 3º bairro tem que ser realizada consulta pública de base, por forma a que a população possa dizer o que é necessário, e garantir que a estrada sirva o propósito e não trazer problemas. 	Obrigado, a consulta pública é muito importante e deverá ser realizada a todos os níveis, tal como indicado no PEPI que foi apresentado hoje.
10		Regadio de Chókwe	<ul style="list-style-type: none"> • No processo de concepção e reabilitação das estradas, tem que se ter em conta os pontos críticos por onde a água passa durante as inundações. • Realizar consulta pública com as pessoas locais. • As valas de drenagem devem ser construídas até ao ponto de descarga no vazadouro. • Sugerimos a criação (com apoio do projecto) de uma unidade de produção de pavê no Município, para dotar de capacidade de intervenção rápida na reabilitação de construção de estrada. 	Esta recomendação é muito importante. Acreditamos que os tomadores de decisão irão analisar.

11		Representante dos Agricultores	<ul style="list-style-type: none"> • As estradas do 3º Bairro são muito importantes, e por isso o projecto tem que ser mesmo implementado. • Na zona baixa as inundações inviabilizam a produção que é muito importante para provisão de alimentos para o Município. 	Obrigado pela chamada de atenção.
12		Técnico Municipal	<ul style="list-style-type: none"> • O facto de se pretender criar duas unidades de implementação do projecto (UIP) ao nível central, pode ser um fator de desaceleração da implementação das acções do projecto. • Sugerimos que haja um ponto focal tanto ao nível de cada Município, como nas UIP que possam interagir directamente com o Município para poder acelerar a implementação das acções do projecto. 	Tomamos nota. A sugestão será encaminhada.
13		Chefe do Mercado	<ul style="list-style-type: none"> • Está pronta para organizar os vendedores para colaborar activamente com o projecto. 	Tomamos nota e obrigado.
14		-	<ul style="list-style-type: none"> • A estrada que vai ao cemitério no 3º Bairro tem que ser contemplada para reabilitação. • Tem que se melhorar a forma como a contratação tem que ser feita para vagas de emprego no projecto. Tem que haver transparência e informação. • As consultas são extremamente importantes. 	Tomamos nota e de facto isto já é também indicado nos Procedimentos de Gestão de Mão-de-Obra (PGMO).
15		CTA	<ul style="list-style-type: none"> • Sugerimos que haja subcontratação de empreiteiros locais para assegurar que haja capacidade que fica ao nível local e por isso garantir a manutenção futura das infraestruturas a serem intervencionadas. • Note se que a manutenção é importante para assegurar a resiliência. 	Obrigado pelas sugestões.

16		-	<ul style="list-style-type: none"> • Deverá haver um mecanismo de denúncia de casos de exploração e abuso sexual, assédio sexual (EAS/AS). • Colocar caixas de reclamações em todos os locais necessários para que a população possa facilmente apresentar as reclamações/sugestões/questões. 	Muito obrigado pelas sugestões e reforço ao que já é previsto na proposta do Mecanismo de Resolução de Reclamações (MRR) já apresentado no Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS), que inclui a colocação de caixas de reclamação.
17		MAAP	<ul style="list-style-type: none"> • Três recomendações essenciais para o projecto e para todos que estão nesta sala: <ul style="list-style-type: none"> ○ Caso haja reassentamento, deverá ser seguida rigorosamente a legislação nacional. ○ Ninguém deve ficar prejudicado com as acções do projecto. ○ Existe o risco de aproveitamento e que todos nós temos que evitar e prevenir. A partir do momento que se souber onde o projecto vai intervir, poderá haver pessoas que vão erguer infraestruturas para depois beneficiar de compensação. Temos que ser vigilantes. 	Muito obrigado pela chamada de atenção.
18		Município de Chókwe	<ul style="list-style-type: none"> • O projecto é muito importante e que deve ser acarinhado por todos nós. 	-
19		Município de Chókwe	<ul style="list-style-type: none"> • Tecei notas de agradecimentos a todos os participantes, incluindo as contribuições apresentadas, e assegurou que conhece o 	-

			<p>projecto e que de facto é muito importante e será implementado.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mostrou satisfação pelo nível de aderência, cerca de • Reconheceu a necessidade de existir um Ponto Focal do projecto ao nível Municipal para apoiar a celeridade da implementação em ligação com as UIP ao nível central. • No final desejou bom regresso aos visitantes (Consultor e representante do MAAP). 	
--	--	--	---	--

Tabela 6: Principais intervenções e respostas (Beira)

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
1		Jornal <i>Evidências</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Como será estruturada a implementação do projecto para garantir que evidentemente os legítimos afectados possam ser compensados devidamente. • Tem havido problemas de clareza em termos dos executores de grandes projectos entre o Governo Central e o Município. Neste sentido, que estratégias serão tomadas no sentido de evitar protagonismos políticos. 	<p>Esta ilegitimidade refere-se as partes que poderão ser afectadas pelos subprojectos e cuja compensação será assegurada na base de implementação rigorosa de instrumentos operacionais.</p> <p>Embora se reconheça este problema o importante é que os protagonistas desta acção sejam sensibilizados nos diferentes momentos de engajamento e participação que acompanham o decurso deste Programa</p>
2		FAMOD	<ul style="list-style-type: none"> • O que será feito para garantir a inclusão de pessoas com necessidades especiais na implementação dos projectos uma vez que nos 	<p>A inclusão de todos os segmentos da sociedade e sobretudo constitui prioridade</p>

			projectos anterior não se tem verificado a inclusão.	do governo e do BM sendo esta a razão dos instrumentos em discussão. Porém é imperioso assegurar a sua execução prática.
		DPDTA	<ul style="list-style-type: none"> Faz apelo para que a implementação dos projectos obedeça a todos os instrumentos ambientais e sociais para minimizar os impactos negativos e maximizar os positivos do projecto. 	Agradecimento pelo apelo e contribuição
		ABC	<ul style="list-style-type: none"> É recorrente a edificação de infraestruturas sem observância de normas. Neste sentido, gostaríamos que antes de implementação de qualquer projecto, o proponente consulte ao Conselho Municipal para este criar condições que garanta a implementação de forma resiliente. 	O alcance dos objectivos deste Programa passa em parte por promover o ordenamento territorial que reduza os assentamentos informais. Esperamos que os Municípios possam a partir do Programa fazer intervenções visando a requalificação e a expansão habitacional ordenada.
		Líder Comunitário	<ul style="list-style-type: none"> Gostaria de apelar que construção nos bairros seja feita depois da intervenção ou autorização do Município, visto que estão sendo erguidas casas e murros nos cursos naturais da água, o que contribui para erosão e inundações. 	Agradecimento pelo apelo e contribuição
		Plataforma DECIDE	<ul style="list-style-type: none"> Porque as imagens da apresentação são de outros locais e não da cidade da Beira. Estes projectos visam construir ou reabilitar as infraestruturas (valas de drenagem e estradas). Como será feita a implementação desses projectos na cidade da Beira para de facto tragam ganhos. 	<p>As imagens da apresentação reportam um pouco da situação dos nove municípios abrangidos pelo Projecto.</p> <p>Cada município beneficiário poderá conceber projectos em função das necessidades e situação concreta, mas sempre em alinha com os pontos definidos no</p>

				Programa. Os projectos serão objecto de consulta e auscultação
7		CMB	<ul style="list-style-type: none"> De que forma será assegurada a inclusão de mulheres no projecto e evitado. Que medidas serão tomadas para evitar discriminação do género e violência da mulher. 	Esta matéria representa uma preocupação do governo e do BM e a não observância pode imperar o Programa, pelo que os instrumentos visam assegurar esta inclusão e a não discriminação de qualquer tipo.
8		Régulo de Inhamizua	<ul style="list-style-type: none"> Como assegurar a integração da mão-obra local, uma vez que muitos projectos de muito dinheiro, grande parte dos envolvidos provem de Maputo. Será que localmente não existem pessoas qualificadas e com força e vontade para trabalhar? 	O PGM representa um instrumento para elevar a inclusão de trabalhadores locais, para além de outras questões. Este é em si uma solução, porém torna-se obrigatório assegurar o seu cumprimento e monitoria constante na base dos indicadores definidos.

Tabela 7: Principais intervenções e respostas (Cidade de Maputo)

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
1		Secretária do Bairro de Magoanine A	<ul style="list-style-type: none"> O projecto é bem-vindo. Tem muitos elementos que se constituem em resposta para este bairro e distrito assim como para outros. Existem muitos problemas de inundações nas zonas suburbanas. Neste bairro existem três bacias de retenção de água que nunca foram objecto de qualquer atenção. De tempos a tempos faz-se 	Foi esclarecido que neste momento não é possível indicar em termos precisos aonde e o quê é que vai ser feito nos diferentes locais em que o projecto vai intervir. Isso será determinado nas fases posteriores de

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<p>bombeamento de água, mas mesmo isso não é regular e de facto não se constitui em solução sustentável. Chegam chuvas, tal como aconteceu em janeiro deste ano e volta-se ao mesmo.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Pergunta sobre: "Como é que o projecto vai actuar?"; "O que está previsto para as zonas críticas?" ▪ Referiu ocorrência recente de chuvas e cheias em zonas anteriormente pouco afectadas o que confirma o facto de a ocupação desordenada do solo estar a agravar os problemas a cada dia. ▪ Indicou que existem bairros que nunca foram afectados e agora passaram a enfrentar problemas (idem). ▪ Solicita esclarecimentos sobre o conteúdo e alcance do projecto. 	desenvolvimento do projecto e em consulta com todas as partes envolvidas e interessadas relevantes.
2		Chefe do Bairro Hulene B, Distrito de Kamavota	<p>Apreciou e expressou que o projecto venha responder às preocupações do bairro. De facto, as inundações estão a desalojar pessoas e têm estado por detrás da redução da população no bairro e distrito. "Se já tínhamos cerca de 50 mil pessoas, agora devemos ser pouco mais de 30 mil porque as pessoas têm estado a fugir das cheias." O bairro pode estar a desaparecer aos poucos. E as pessoas vão para zonas mais distantes e ao certo enveredam em ocupação da terra que mais tarde ou mais cedo vai replicar os problemas de que estão a fugir.</p> <p>Pergunta: será que "A intervenção vai desalojar pessoas?" "Como é que um projecto destes pode beneficiar o nosso bairro?" Há bairros alagados</p>	Foi referido que o mais provável de acontecer no contexto do projecto serão deslocamentos físicos (em menor grau) e económicos pontuais em função das exigências das obras a ser desenvolvidas e outras eventuais acções de reestruturação do uso da terra também pontuais. Este não é um projecto de requalificação urbana como é o caso do PTUM e/ou outros do mesmo tipo que podem traduzir-se em acções

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<p>como foi referido com o caso de Magoanine. Como evitar mais desalojamentos. O bairro tem muito a partilhar</p> <p>Observou que: O bairro nunca beneficiou de qualquer intervenção relevante. Existem problemas graves de drenagem. Há lixeiras que agravam a situação, o que inclui a própria lixeira de Hulene que já causou problemas graves no passado e que até este momento ainda carecem de resolução em matéria de reassentamento das pessoas afectadas.</p> <p>Mencionou que alguns problemas poderão estar ligados ao processo de reordenamento territorial.</p> <p>Alguns projectos no passado foram inconsistentes. "Chegam, mas nunca acabam." Apelou para: (i) Maior fiscalização; (ii) Maior envolvimento do bairro; (iii) Considera que "O projecto é importante."</p>	<p>significativas de deslocamento físico.</p>
3		Bairro Ferroviário	<p>Referiu que o bairro possui aproximadamente 70 mil habitantes. Existem muitos problemas associados às cheias. Muitas pessoas vivem em zonas de risco. Existem famílias que continuam vulneráveis.</p> <p>Indicou: (i) Falta de manutenção das infra-estruturas de drenagem; (ii) Entupimento e lixo nos canais. Existe um Comité de Gestão de Inundações que tenta minimizar os problemas (por ex. limpeza de valas), mas isso não ocorre de forma consistente e não basta. Em alguns casos são necessárias intervenções mais estruturais. Também mencionou que houve um período em que existiam kits de alimentação para as pessoas envolvidas em</p>	<p>Quanto à sugestão de desenvolvimento de novos bairros foi reiterado o feedback dado em relação à intervenção anterior, que com os recursos limitados que caracterizam o projecto não é possível enveredar por acções massivas de deslocação física de pessoas e reassentamento em novos bairros. As pessoas devem estar preparadas para deslocamentos pontuais de pessoas com ênfase em deslocação económica e</p>

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<p>trabalhos voluntários, mas depois das manifestações que se seguiram às eleições de 2024 a distribuição desse kits foi interrompida o que agrava ainda mais os problemas.</p> <p>Referiu ainda existência de um descarregador de águas financiada pelo BM (Banco Mundial), mas parou a meio e “Ainda falta muito.” Em tempos também se iniciou a construção de 1 km de vala no bairro, mas ainda faltam cerca de 3 km para o trabalho estar completo e houve descontinuidade.</p> <p>Observou: Necessidade de ocupação eficiente do solo. Problemas resultam da combinação entre factores naturais e ocupação inadequada do solo.</p> <p>Comentários adicionais</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ “A ocupação desordenada agrava os problemas.” ▪ Necessidade de encontrar novas soluções. ▪ Necessidade de desenvolver novos bairros. ▪ A falta de planeamento é apontada como uma das principais causas dos problemas. ▪ Torna-se necessário desenvolver novos bairros melhor ordenados e infra-estruturados desde o começo. Com efeito existem pessoas que saem de zonas sem planificação para irem fazer o mesmo nas novas zonas para que vão. <p>Sugestão:</p> <p>Sensibilização e trabalho concertado contínuo nos bairros sobre gestão do lixo e ocupação do solo.</p>	<p>muito limitada deslocação física.</p>

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
4		Chefe do Bairro Mahotas	<p>Refere ocorrência de cheias desde 2023 que se traduziram em 3 centros de acomodação desde então. O bairro tem uma Lagoa resultante de cheias numa zona baixa natural e que nos últimos tempos fica cada vez mais alagada sempre que chove. No entender das autoridades do distrito e do bairro a lagoa poderia ser requalificada e passar a ser um local de lazer e até paisagístico. As Infra-estruturas de drenagem do bairro e distrito são insuficientes.</p> <p>Referiu problemas em uma série de bairros do distrito (cerca de 13) que ficam alagados sempre que chove e exigem deslocação de pessoas para centros de acomodação. Embora de tempos a tempos existam acções de bombeamento, estas são insuficientes para sanar os problemas.</p>	A requalificação da lagoa que se formou pode ser um assunto a ser perseguido nas fases posteriores de desenvolvimento do projecto. Mas neste momento isso não pode ser confirmado.
5		Distrito de Kamubukwana	<p>Fico feliz de notar que os Consultores são de nacionalidade moçambicana. Existem dificuldades porque as comunidades vivem em zonas propícias a cheias. O projecto é bem-vindo.</p> <p>Algumas pessoas construíram em zonas problemáticas porque na altura em que queriam construir não havia outras condições. Muitas famílias perderam habitações. Existe a necessidade de reassentamento/realojamento digno. E a solução não é deslocar as pessoas para fora dos seus bairros, mas tratar de densificar e criar espaços para a gestão das inundações.</p> <p>Referiu a existência de cerca de 6.500 pessoas fora dos centros de acomodação.</p>	Quanto ao assunto da densificação foi, mais uma vez referido, que isso situa-se fora do âmbito deste projecto que não prevê remodelar os modos de habitação das pessoas em si, mas apenas intervir em áreas pontuais de aumento de resiliência a eventos extremos com destaque para cheias e ciclones.
6		Conselho Municipal, Director	Escutar as pessoas é fundamental. As intervenções devem começar quanto antes. Os problemas são muito bem conhecidos e não se deveria gastar mais	O Banco Mundial tem estado a examinar formas de reduzir o tempo de preparação dos

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			tempos com diagnósticos e estudos. Destacar a necessidade de continuar o diálogo com as comunidades.	projectos e gastar mais em implementação e monitoria. Isso é também apreciado pelos governos nacionais e inclui relativa simplificação de certos processos, documentos e outros elementos preparatórios. Mas cada caso é um caso e só com o andar do tempo é que se vai confirmar qual é o caso específico deste projecto

Tabela 8: Principais intervenções e respostas (Marracuene)

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
1		Líder Comunitário	<p>Existem graves problemas de cheias e ocupação de planícies de inundação. É clara a necessidade de "Melhor planeamento do uso da terra; e Melhoria das infraestruturas.</p> <p>Refere que houve pouca consulta/engajamento comunitário em experiências anteriores. Deu o exemplo de duas cervejeiras instaladas em Marracuene que são empreendimentos de grande vulto, mas que não fizeram qualquer engajamento e consulta das entidades locais.</p>	Tanto o Governo de Moçambique como o Banco Mundial atribuem elevada importância ao engajamento das pessoas afectadas e outras partes envolvidas no desenvolvimento de projecto. E os instrumentos que estão a ser preparados vão nesse sentido. E de facto mesmo para projectos privados como é o caso das cervejeiras, a experiência mostra que se colhem enormes benefícios de engajar pessoas no desenvolvimento de projecto

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
				porque nada pode existir de forma isolada.
2		Secretário do Bairro	<p>Questiona: “Vão vigiar os locais inundáveis?” e Observa que existem zonas marcadas para não construção, mas as pessoas continuam a construir. Pergunta: “O que vão fazer?” E. Refere falta de autoridade/controlo local: Pessoas continuam a vender espaços em áreas de risco. Isto inclui vender nas estradas em contravenção às regras.</p>	<p>Deve ser por isso que uma das componentes do projecto é o fortalecimento dos municípios para melhor desempenharem os papeis e responsabilidades que lhes cabem. E uma dessas é mesmo a de planeamento de uso da terra incluindo devida monitoria de implementação dos planos disso decorrentes.</p>
3		Secretário de Bairro	<p>O projecto é bem-vindo. “Vai ajudar a população e o município.” Ainda não podemos comentar muito porque não conhecemos as intervenções específicas que se vão desenvolver e implementar.</p> <p>Em parte, somos todos culpados pelas cheias. O governo não faz planeamento/parcelamento. Há zonas que nos deixam muito preocupados. A localização das obras nem sempre é feita de forma criteriosa. Por ex. a Circular de Maputo e outras obras que se encontram em volta dela estão numa zona baixa e alagada. Trata-se de zonas que deveriam ser deixadas para ser pulmão/bacia de retenção de água e cumprir a sua missão natural.</p> <p>Existe substancial conhecimento mesmo entre nós que poderia ser usado para reverter o actual estado de coisas.</p>	<p>Tal como dito acima os municípios precisam de reforçar a sua capacidade para a gestão da terra. E isso faz parte deste projecto.</p> <p>E é um facto que planeamento de uso da terra é tarefa de todos.</p> <p>Este projecto não se propõe a embarcar em acções massivas de reassentamento de pessoas. Isso, onde será inevitável, será minimizado e ocorrerá de forma pontual com ênfase sobre deslocamento económico e evitamento do físico.</p>

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<p>Contudo: As cheias continuam a afectar muitas famílias. Há pessoas que vivem constantemente em situação de vulnerabilidade.</p> <p>Pergunta: "O que será feito em termos de planeamento e reassentamento?"</p> <p>Refere: Zonas baixas continuam a ser ocupadas. Existem terrenos reservados que acabaram ocupados. Necessidade de maior conhecimento e fiscalização sobre uso do solo.</p>	
4		Macaneta 2	<p>Quando os projectos começam sempre se faz isto. Chama-se as pessoas para comunicar e daí em diante o engajamento termina e já não há consulta das pessoas e autoridades ao nível local.</p> <p>Existem áreas historicamente afectadas por cheias. Pode ser que o tipo de conhecimento que temos seja diferente do que é detido por outras pessoas e entidades, mas temos conhecimento que pode ser utilizado e que nestes casos se perde. Não existe envolvimento das entidades e comunidades locais no seu sentido lato. E calha que essas entidades é que têm a responsabilidade de velar pelo que se passa sem receber nada em troca. Tudo se faz de forma voluntária.</p> <p>Em Moçambique nota-se o hábito de deixar tudo estragar-se e só depois é que há reacção que tende a vir tardiamente, quando muito já está estragado e são necessários muitos recursos para a reversão dos danos. Há que estancar os problemas quando estes começam.</p>	<p>Em função dos factores já enunciados o projecto tenciona embarcar em acções consistentes e contínuas de consulta e engajamento de pessoas.</p> <p>As pessoas e entidades locais podem desempenhar o seu papel nisso e devem aproveitar todos os espaços com isso relacionados para se fazer ouvir.</p> <p>As restantes contribuições sobre o que se pode fazer para reduzir os problemas sem bem-vindas e é de acreditar que serão retomadas nas fases subsequentes.</p>

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<p>Notam-se embargos de obras em muitos sítios, mas depois não se faz nada com isso. Não há seguimento consistente.</p> <p>Quando chegar o tempo de implementar os secretários de bairro já não serão envolvidos. Por ex. houve plantio de árvores que custou muito dinheiro em local impróprio, à revelia de avisos locais e depois mais tarde ficou claro que se tratou de um erro crasso.</p> <p>Em resumo, algumas pessoas continuam a construir em locais vulneráveis. Existe a necessidade de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Maior envolvimento das autoridades locais; ▪ Melhor coordenação institucional. <p>Refere experiências anteriores:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoios distribuídos de forma desigual. ▪ Algumas famílias receberam assistência e outras não. <p>Comentou que:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Em alguns casos, o acesso foi cortado e pessoas ficaram isoladas. ▪ Necessidade de actuar antes dos problemas agravarem. 	
5		ISGM-GM Administrador	<p>“O (i.e., um) Régulo é uma aula de sapiência.” A ciência deve acompanhar a realidade local. Do conhecimento da natureza. Há que sentar com os</p>	<p>Nesta primeira fase, pelo menos, este projecto não vai embarcar em grandes obras.</p>

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<p>Régulos e outros sobre conhecimento local. O que se tencionava fazer é continuação do que Samora Machel tinha em mente.</p> <p>Os rios de Moçambique nascem nos países vizinhos e um dos grandes problemas de Moçambique é a falta de barragens.</p> <p>As áreas de retenção de água podem ser usadas para fornecer água para vários fins. E não serem necessariamente um risco. Samora Machel dizia que da Facim à Costa do Sol era área nobre e protegida. A Corrupção permitiu que se construísse nessa área. Está-se a vender e usar terras em áreas impróprias como é o exemplo da Casa Jovem, construções em Zintava, etc.</p> <p>Não sei se este projecto vai ter pernas para andar com tanta corrupção que prevalece no país.</p> <p>Maçaneta é acessível, mas não há escolas, unidades de saúde o que faz com que a área não seja atractiva como zona de expansão de residências.</p> <p>Questiona-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Como evitar futuras ocupações irregulares. <p>Refere-se que:</p>	<p>As barragens ainda não entram neste momento.</p> <p>A experiência também mostra que acções consistentes de planeamento e de relacionamento com a natureza (por ex. evitar desmatar, etc.) podem ir longe em matéria de aumento de resiliência a eventos extremos. E trata-se de medidas apropriadas em qualquer contexto, mas ainda mais apropriadas nos casos como o nosso em que temos limitações de recursos para embarcar em grandes obras de engenharia.</p>

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<ul style="list-style-type: none"> Muitas vezes os projectos chegam tarde, quando os danos já ocorreram. 	
6		AMORA (Membro)	<p>Fala-se muito de consulta, mas põem-se de lado o factor humano. Necessidade de melhor explicação às comunidades. Enquanto não se mudar a mentalidade das pessoas é muito difícil mudar as práticas. É uma questão de atitudes.</p> <p>Algumas pessoas:</p> <ul style="list-style-type: none"> Não compreendem os critérios usados; Têm dificuldade em aceitar certas medidas. <p>Importância de:</p> <ul style="list-style-type: none"> Comunicação contínua; Sensibilização prática. 	Como já foi dito o projecto está estruturado para ser consistente com a consulta, comunicação e engajamento.
7		Bairro Massinga (Coordenador)	<p>Trata-se de um projecto importante porque trata de mudança de problemas que nos afectam. Vai resolver problemas concretos.</p> <p>No reassentamento de pessoas dever-se-ia começar por estabelecer bairros novos e devidamente ordenados e equipados e depois transferir as pessoas para lá, em vez de andar a compensar.</p> <p>Quanto ao PGMO temos forte esperança de que os jovens que podem trabalhar possam ser devidamente enquadrados. E há que considerar</p>	Sem prejuízo do que os municípios possam fazer de imediato e/ou mais tarde, a noção de bairros novos não faz parte deste projecto em si. Pretende-se que as acções de reassentamento no contexto deste projecto sejam mínimas. Em muitos casos apenas deslocação económica pontual e raras, se algumas, instâncias de deslocamento físico (i.e., novas habitações).

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<p>que as baixas servem muitos interesses, incluindo os de alimentação.</p> <p>Ao longo da N1 nota-se muita corrupção. Os tapamentos de buracos têm sido uma forma de drenar dinheiro para fins impróprios e fazer de conta. Precisamos de acções consistentes. As estradas devem ser de boa qualidade.</p> <p>Questões levantadas:</p> <p>Reassentamento:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ “As pessoas deslocadas irão para onde?” ▪ “Como será feita a compensação?” <p>Comentou sobre o PGMO:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade de garantir oportunidades locais de trabalho. ▪ Necessidade de evitar favoritismo e conflitos. <p>Preocupação com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acesso consistente às comunidades; ▪ Estradas e caminhos que ficam cortados durante as cheias. 	<p>O PGMO defende que todos os trabalhos que podem ser feitos por pessoas locais, nem que isso possa implicar adopção de medidas de reforço, devem ter oportunidade de trabalhar neste projecto. Destaque vai para os jovens e pessoas em situação de vulnerabilidade.</p>
8		Macaneta	<p>Reconhece que o projecto traz esperança. Onde há projectos tende a existir prosperidade e por isso o projecto é bem-vindo. Mas os projectos precisam de engajar as pessoas locais e deixar de as olhar como inexperientes. O conhecimento local tende a</p>	<p>Tudo isto tem relações com o que já se disse sobre o desenho do projecto quanto a comunicação e engajamento. A valorização do</p>

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<p>ser menosprezado, mas existe muito valor nesse conhecimento.</p> <p>Na recente reabilitação da estrada de Macaneta não se tomou em consideração esse conhecimento, que existe e é de muito valor. As obras devem traduzir-se em “valor pelo dinheiro” e feitas de uma só vez e não precisar de reparações logo a seguir.</p> <p>O conhecimento local deve ser respeitado.</p> <p>Refere:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Necessidade de ouvir mais as comunidades. ▪ Algumas soluções anteriores não funcionaram porque ignoraram a realidade local. ▪ “Nem tudo pode ser resolvido apenas com soluções técnicas.” <p>Valoriza:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Conhecimento tradicional/local. 	<p>conhecimento e das experiências locais terá de ser vista e tratada nesse contexto</p>
9		Chefe de Posto	<p>Questões colocadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Qual será o orçamento/valor do projecto? ▪ Em caso de reassentamento: Qual será o plano concreto? ▪ Existem estudos suficientes para evitar nova vulnerabilidade? E que critérios se encontram estabelecidos para definir vulnerabilidade? Será que isso será com base na quantidade de pessoas ou em níveis elevados de 	<p>Até ao presente momento calcula-se que o projecto irá mobilizar cerca de 350 milhões de dólares norte-americanos a ser repartidos entre todos os municípios.</p> <p>Como já reiterado o projecto não prevê embarcar em acções massivas de reassentamento. Qualquer</p>

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<p>vulnerabilidade relativos a certas pessoas e/ou grupos?</p> <ul style="list-style-type: none"> Porque não apostar mais na reabilitação/protecção dos espaços existentes em vez de apenas deslocar pessoas? 	acção de deslocamento, que tenderá a ser mais económico do que físico, será despoletado pelas obras previstas e depois de se aplicar toda série de medidas para evitar/minimizar este fenómeno.

Tabela 9: Principais intervenções e respostas (Boane)

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
1		Vereador	<ul style="list-style-type: none"> O projecto deve contemplar a construção de valas de drenagem com revestimento. Os bairros 1, 3, 4 e 7 tem urgência na construção de valas de drenagens. Atenção deve também ser dada ao bairro 6 que sofre de erosão. As intervenções devem também incluir a construção de estradas que fazem ligação com outros bairros dentro do município assim como com o município da Matola-Rio para descongestionar o tráfego. A exemplo da rua Mártires de Mbuzine que faz ligação com a rua que vai dar ao bairro Belo Horizonte e ao Km 16. Estas vias vão também permitir a circulação em períodos chuvosos dado que a zona de Mazambanine sempre fica cortada comprometendo a mobilidade de pessoas e bens. Outra questão está relacionada com o abandono das obras. A título de exemplo temos 	Trata-se de comentários e sugestões que são bem-vindas

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<p>o projecto das casas resilientes que estava a ser implementado pelo Fundo de Fomento de Habitação (FFH) que viu a sua implementação interrompida, mais tarde. Como resultado as pessoas para as quais as casas estavam destinadas, abandonaram o local e voltaram para as suas origens. A recomendação é que qualquer intervenção que for iniciada deve ser finalizada.</p> <ul style="list-style-type: none"> Os projectos não podem terminar no papel. Tudo que aqui foi apresentado pelo consultor que seja concretizado. Todo projecto de urbanização deve contemplar a implantação de serviços básicos. 	
2		Líder Comunitário Manguiza	<ul style="list-style-type: none"> O projecto deve dar atenção a questão da invasão das águas do mar nos campos agrícolas no bairro Belo Horizonte. Esta invasão atinge a zona pantanosa localizada no bairro Manguiza. Esta situação impacta negativamente a fertilidade dos solos por causa do nível de salinização das águas subterrâneas. É preciso interditar as pessoas de construir ao longo do rio. A produção de carvão vegetal é uma das fontes de sustento das famílias da vila municipal, entretanto, esta exploração da madeira/lenha para a produção do carvão não está a ser acompanhada por um processo de reflorestamento. O projecto deve atender a este problema promovendo campanhas de reflorestamento. Várias vezes tem se falado de construções resilientes. Quando o projecto for a 	<p>Para além de várias intervenções do projecto, um dos grandes objectivos é o de fortalecimento das instituições e neste caso, dos municípios em capacidade técnica para lidarem com estas questões da urbanização. Entretanto, oportunamente, dependendo do projecto e da área de implementação estas questões serão facilmente respondidas.</p>

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<p>comunidade, deve poder explicar o que é esta questão de construção resiliente.</p> <p>Questões</p> <ul style="list-style-type: none"> • Que acções estão a ser tomadas ou que se devem tomar no contexto da urbanização para que as águas não invadam os terrenos agrícolas e prejudiquem a fertilidade dos solos. • Que acções estão a ser tomadas para o reflorestamento das áreas desmatadas? 	
3		Líder Comunitário do Bairro Filipe Samuel Magaia	O Bairro Filipe S. Magaia, é um dos que tem recebido as famílias deslocadas pelas cheias e o problema que se tem colocado no momento é que as novas construções tendem a ser desordenadas trazendo para o bairro os mesmos problemas que causaram a retirada destas pessoas dos bairros anteriores. Uma vez que as ruas estão degradadas há um risco de o bairro ficar propenso a inundações. Deste modo a sugestão é que as intervenções do projecto tenham esta questão em conta.	As sugestões são bem-vindas.
4		Membro da Organização da Juventude Moçambicana (OJM)/Estudante em Mudanças Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> • O projecto tem o seu foco em intervenções que resolvam os problemas depois deles acontecerem e não na prevenção. É preciso que o projecto invista as suas acções na sensibilização e conscientização da comunidade sobre como evitar ou prevenir as mudanças climáticas pois não adianta construir-se drenagens e outras 	Um dos principais compromissos do projecto é evitar ou minimizar impactos sempre que possível. Portanto todo projecto que envolva desmatamento será devidamente analisado e estudos ambientais e sociais serão produzidos para identificar riscos que vão definir a sua viabilidade.

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<p>infraestruturas resilientes se vamos continuar a provocar as mudanças climáticas.</p> <p>Questão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como é que o projecto pretende contornar a questão do desmatamento se ao mesmo tempo precisa de desmatar áreas para a construção de valas e outras infraestruturas? 	<p>Caso o projecto seja viável, de tudo o projecto fará para minimizar os impactos ambientais e sociais e restaurar as perdas através de várias acções como o reflorestamento por exemplo.</p>
5		Gestor da ACP Nchundze (Sociedade Civil)	<ul style="list-style-type: none"> • Um dos grandes problemas dos projectos no país tem que ver com a questão da sustentabilidade. Não existe continuidade dos projectos em cada ciclo governativo. • A atribuição de terras deve ser gerida pelo município e por nenhuma outra entidade. Neste momento não se sabe quem atribui terra. Se a responsabilidade de atribuição de terras for aleatória continuaremos a ter problemas de urbanização. <p>Questão</p> <ul style="list-style-type: none"> • Que garantias temos de que este projecto que tem várias fases não corre riscos de ser descontinuado quando este ciclo governativo terminar? 	<p>O projecto está a ser financiado pelo Banco Mundial (BM) e implementado pelo Ministério da Administração Estatal e Função Pública. Portanto, o financiador tem um plano alinhado com o do governo e é expectável que o projecto seja implementado até à sua fase final.</p>
6		Vereadora de Jardins e Parques	<ul style="list-style-type: none"> • O rio Movene precisa de uma barragem pois, na sua maioria, os episódios de cheias que acontecem naquela zona em particular e na vila 	<p>Nesta primeira fase o projecto não prevê a construção de barragens com otal. Os diques, como infra-</p>

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<p>no geral é resultado das águas que vem de países vizinhos e não das águas interiores.</p> <ul style="list-style-type: none"> Devem ainda, serem construídos diques tanto no rio Moveve assim como no rio Umbeluzi para minimizar os impactos das cheias. 	<p>estruturas de protecção contra cheias, podem ser considerados de alguma forma.</p>
7		Agente Económico	<p>O projecto deve tomar atenção a construção de vias de acesso que garantem a circulação de pessoas e bens mesmo em tempos de cheias.</p>	<p>Numa primeira fase a ênfase do projecto será em reabilitação e/ou expansão de infra-estruturas existentes de modo a torna-las mais resilientes em relação a eventos extremos. E esse é o objectivo intrínseco, i.e., prover os municípios de infra-estruturas utilizáveis mesmo em tempos de cheias e outros eventos.</p>
8		Líder Comunitário do Bairro 2	<p>Os bairros 1 e 2 precisam de uma drenagem pois o bairro 2 sofre com as águas que descem do bairro 1 para além de que o bairro 2 tem um lençol freático elevado e isso incrementa a situação de casos de enchentes e inundações de habitações.</p> <p>O acesso aos bairros Chitevele e Picoco está dificultado devido ao desabamento da ponteca que foi construída sem nenhum princípio de resiliência.</p>	<p>Todos estes aspectos específicos serão objecto de análise e avaliação na fase de identificação das intervenções que o projecto deve levar a cabo.</p>

Tabela 10: Principais intervenções e respostas (Matola-rio)

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
1			O que foi apresentado é belo. O projecto é bem-vindo. Tem de se comunicar em todas as fases do projecto	
2		Representante do Secretário do Bairro	<p>Saudou a chegada do projecto à Vila Municipal da Matola Rio. Chega numa altura em que é mesmo necessário</p> <p>Referiu que as estruturas locais enfrentam grandes dificuldades relacionadas com cheias e convivência das comunidades com áreas de risco.</p> <p>Mencionou ocupações em zonas próximas da Estrada Nacional 2 e sob linhas de transmissão de energia/faixas de servidão.</p> <p>Indicou que existem residentes que adquiriram direitos de ocupação ou que são ocupantes nativos dessas áreas.</p> <p>Referiu preocupação com pessoas e empresários que ocuparam bacias naturais e zonas de drenagem, agravando os impactos das cheias sobre populações vulneráveis.</p> <p>Recordou experiências anteriores de reassentamento e delimitação de áreas de risco.</p> <p>Questões/Sugestões</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Como o projecto irá lidar com pessoas residentes em áreas de risco e zonas de servidão? 	<p>Quaisquer aspectos específicos que possam ser traduzidos em intervenções do projecto surgirão nas fases subsequentes do processo. Esse é o caso das tais pessoas estabelecidas sob as linhas de transmissão de energia. Neste momento ainda é muito cedo para determinar se isso será objecto de atenção ou não. Haverá um processo de priorização que irá ditar o que se faz e/ou não se faz.</p> <p>De resto capacitar os municípios para um melhor planeamento do uso da terra é um dos objectivos do projecto.</p>

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Como serão tratados os casos de ocupação informal versus ocupação por pessoas com maior poder económico? ▪ Solicitou esclarecimentos sobre os critérios de compensação e indemnização para ocupações consideradas voluntárias em áreas inadequadas. <p>Defendeu maior rigor no controlo da ocupação de bacias e linhas naturais de drenagem.</p>	
3		Primeiro Secretário, Chefe de Quarteirão Partido Frelimo / Estrutura Local	<p>Manifestou apoio ao projecto, considerando-o importante para melhoria das condições de vida.</p> <p>Referiu que a zona sofre tanto em períodos de chuva como em períodos secos.</p> <p>Indicou dificuldades de mobilidade e travessia durante cheias, afectando inclusive crianças em idade escolar.</p> <p>Questões/Sugestões</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Solicitou esclarecimentos sobre os mecanismos de financiamento e gestão dos fundos do projecto. ▪ Questionou como será assegurada a transparência na utilização dos recursos. ▪ Perguntou se haverá fiscalização externa e mecanismos de controlo de qualidade das obras e intervenções. 	O que sabe neste momento é que o projecto deverá disponibilizar 350 milhões de dólares norte-americanos para investimentos nos nove municípios seleccionados. As modalidades de gestão de fundos ainda estão a ser determinadas e, oportunamente, serão do conhecimento de todos.

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
4		Moradora da Matola Rio	<p>Considerou o projecto importante para responder às preocupações dos municípios sendo, por isso, bem-vindo.</p> <p>Referiu a necessidade de melhorar a fluidez do tráfego na Matola Rio.</p> <p>Indicou pontos críticos de drenagem e circulação, incluindo a zona conhecida como "Prainha".</p> <p>Referiu necessidade de construção de viadutos e melhoria da iluminação pública.</p> <p>Mencionou a situação crítica dos Bairros onde famílias são afectadas pelas águas e algumas residências já foram abandonadas.</p> <p>Questões/Sugestões</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sugeriu construção de infra-estruturas adicionais de travessia e drenagem. ▪ Defendeu intervenções prioritárias nos pontos críticos da Matola Rio e Bairros alagados. ▪ Reforçou que todas as pessoas afectadas devem ser devidamente consideradas nos processos de compensação e reassentamento. 	<p>Ainda que neste momento não se possa ser específico sobre o quê e aonde haverá intervenções o que o participante refere é o que está no centro das atenções do projecto. Oportunamente isso será traduzido em subprojectos que serão desenhados e implementados.</p>
5		Representante do Bairro Tsalala	<p>Reconheceu intervenções anteriores do município com escavação e melhoria de canais de drenagem.</p>	

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<p>Indicou que algumas áreas continuam vulneráveis devido ao assoreamento e obstrução de linhas de água.</p> <p>Questões/Sugestões</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Solicitou continuidade das actividades de limpeza e escavação de riachos e valas de drenagem. ▪ Defendeu reforço das acções preventivas para evitar novas inundações. 	
6		Juventude local	<p>Referiu que o crescimento populacional e a urbanização desordenada contribuíram para os problemas actuais.</p> <p>Indicou que muitos jovens procuram residir perto dos locais de trabalho.</p> <p>Destacou pressão crescente sobre a terra e ocupação acelerada de áreas vulneráveis.</p> <p>Questões/Sugestões</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Defendeu expansão do ordenamento territorial e urbanização planeada. ▪ Sugeriu criação de novas áreas urbanizadas e infra-estruturadas para acomodar o crescimento populacional. ▪ Recomendou maior aproximação entre áreas residenciais e oportunidades de emprego. 	Sem prejuízo do que os municípios possam fazer, pelo menos na primeira fase, o projecto não contempla acções de urbanização como tal.

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
7		Vereador das Actividades Económicas	<p>Manifestou preocupação com o tempo o tempo que normalmente se gasta com estudos e levantamento de informações.</p> <p>Considerou que os problemas existentes exigem respostas mais rápidas.</p> <p>Indicou que muitas áreas críticas já são conhecidas e previamente mapeadas pelos municípios.</p> <p>Questões/Sugestões</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Sugeriu maior descentralização de recursos para os municípios. ▪ Defendeu fortalecimento institucional dos municípios para implementação de soluções imediatas. <p>Recomendou intervenções práticas como:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ limpeza de valas; ▪ abertura de canais; ▪ recuperação de bacias naturais; ▪ remoção de obstruções à drenagem. 	<p>A preocupação por simplificar as fases de preparação é partilhada por todos, GdM e BM incluídos. Entretanto deve-se considerar que cada projecto tem as suas próprias características e não se podem saltar etapas se esse for o caso.</p>
8		Director de Infra-estruturas e Urbanização	<p>Referiu que os problemas urbanos resultam de crescimento populacional acelerado e ocupação informal.</p>	<p>Neste caso também foram destacadas as limitações do projecto, pelo menos nesta primeira fase, no que diz respeito a embarcar em significativas acções de transformação urbana. Nesta primeira fase este projecto</p>

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<p>Indicou que muitas bacias naturais e linhas de drenagem estão actualmente ocupadas ou assoreadas.</p> <p>Destacou necessidade de reforço do ordenamento territorial e planeamento urbano.</p> <p>Referiu importância de planos de estrutura urbana e instrumentos de gestão territorial.</p> <p>Questões/Sugestões</p> <p>Sugeri que o projecto seja acompanhado por:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ planos de estrutura urbana; ▪ planos de urbanização; ▪ instrumentos de controlo da ocupação do solo. ▪ Defendeu limpeza e reabilitação de bacias e canais naturais. <p>Recomendou maior participação das comunidades locais nas futuras consultas e processos de planeamento.</p>	<p>vai ser mais sobre intervenções críticas que ajudem a aumentar a resiliência a eventos extremos. Isso deverá estabelecer as bases para intervenções mais estruturais em fases posteriores.</p>

Tabela 11: Principais intervenções e respostas (Cidade da Matola)

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
1		-	<p>De que forma o projecto será implementado olhando para as assimetrias espaciais?</p> <p>Como questões relacionadas com a ecologia urbana serão tratadas?</p>	<p>De uma forma geral, a implementação dos projectos será feita de acordo com as necessidades identificadas em cada área.</p>

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			Qual o papel dos chefes dos serviços na gestão dos riscos?	<p>O Quadro de Política de Gestão Ambiental e Social (QPGAS) lida com questões de identificação e mitigação de impactos e riscos ambientais e sociais de uma forma geral. Dependendo dos subprojectos e da área de implementação o Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) irá orientar sobre como lidar com as questões ecológicas da referida zona de influência do projecto.</p> <p>Resposta: Não respondida por questões de gestão de tempo.</p>
2		-	A sugestão é que o Município deve ter a iniciativa de criar bairros com parcelamentos feitos e serviços básicos como água, energia, estradas instaladas, para que os munícipes apenas tenham que erguer as suas casas	<p>Sendo verdade que esse pode ser um dos caminhos a seguir, acções massivas de urbanização como tal não estão no âmbito deste projecto que se concentra sobre intervenções específicas de aumento de resiliência a eventos climáticos extremos, com destaque para cheias e ciclones.</p>
3		residente do Bairro Matola Fomento	<p>Qual é o total de empregos que o projecto irá criar?</p> <p>Quais os números exactos das infraestruturas a serem recuperadas?</p>	<p>Não é possível apresentar uma quantificação nesta fase antes de se ter detalhes sobre as intervenções a ser levadas a cabo. De forma</p>

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
				<p>directa o projecto deve não criar um número elevado de empregos, mas poderá contribuir para se criem outras oportunidades geradoras de emprego.</p> <p>O projecto ainda está numa fase inicial onde a selecção das áreas circunscreveu-se apenas aos Municípios. Posteriormente serão identificados os locais de intervenção bem como os projectos relacionados. Deste modo, ainda não se conhece o número exacto de infraestruturas a serem intervencionadas.</p>
4		residente no bairro de Mucatine	A cidade da Matola tem estado num processo de degradação contínua desde o ano de 2000. Deste modo, o tipo de intervenções que devem ser feitas deve estar ligado a construção de condutas de escoamento de água. Infelizmente, estas intervenções requerem avultadas somas de dinheiro que no seu entender, não sabe se o projecto tem esse dinheiro	
5		Governo do distrito da Matola	É preciso notar que a cidade da Matola teve um projecto similar ao MozResillience mas que infelizmente, não teve financiamento para ser implementado. A questão que se coloca é se este projecto tem financiamento.	Considerada como uma questão a ser respondida pelo financiador.

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<p>Quais os critérios para a selecção das áreas de intervenção do projecto?</p> <p>As áreas de intervenção do projecto contemplam questões ligadas a protecção do mangal e florestas?</p> <p>Como o projecto espera integrar grupos vulneráveis?</p> <p>O projecto está focado apenas na construção ou inclui também a reabilitação das infraestruturas?</p> <p>As áreas de intervenção do projecto incluem questões ligadas a desastres naturais como a estiagem?</p>	<p>Atá ao momento a selecção circunscribe-se aos municípios. Será nas fases posteriores que se vai decidir sobre as áreas e intervenções específicas a ser levadas a cabo. Isso será feito em consulta com todas a partes interessadas e em função de critérios de priorização e decisão a ser estabelecidos.</p> <p>Uma das principais áreas de intervenção do projecto está ligada a protecção costeira. O compromisso do projecto é evitar ou minimizar o máximo os riscos e impactos ambientais e acções de protecção das florestas terão sempre atenção do projecto.</p> <p>Um dos compromissos do projecto é de proteger grupos vulneráveis dando especial atenção e protecção garantindo inclusão e não discriminação. Certamente, que num cômputo mais específico do projecto, estas questões terão um tratamento segundo as</p>

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
				<p>especificidades de cada projecto e áreas de actuação.</p> <p>Nesta primeira fase o projecto será mais de reabilitação, expansão e ajustamento de infra-estruturas existentes para torná-las mais resilientes.</p> <p>O principal enfoque do projecto, quanto aos desastres naturais, é nas cheias e ciclones.</p>
6		-	<p>Esta sessão de CP revela-se de grande importância e o facto de apresentar uma plateia diversificada em termos de áreas de interesse torna o processo ainda mais valioso e útil.</p> <p>A presença dos líderes dos bairros assim como comunitários vai permitir que a informação transmitida nesta reunião, alcance os membros das suas comunidades passando eles também a terem conhecimento do projecto.</p> <p>O rio Mualaze serve tanto a cidade da Matola assim como de Maputo. Deste modo, uma intervenção neste rio, resolvendo o assoreamento pode ajudar a escoar rapidamente as águas pluviais.</p>	
7		Polícia Municipal	O projecto deve investir mais em intervenções ligadas a prevenção e menos na mitigação. E esta	

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<p>estratégia pode em algum momento reduzir os custos operacionais com a mitigação.</p> <p>É preciso que os bairros sejam construídos com base num planeamento urbano.</p>	
8		-	<p>O problema das inundações urbanas deve ser resolvido através de um plano de habitação;</p> <p>Este plano de habitação deve consistir em construir habitações em formato vertical para serem ocupadas por mais famílias e deste modo disponibilizar mais espaços para a construção das drenagens e outros sistemas de saneamento e não só, abertura também de vias de acesso.</p> <p>A outra questão tem que ver com a auscultação da comunidade. Os munícipes devem ser ouvidos pois há muitas ideias úteis que o projecto pode usar para implementar eficientemente as intervenções.</p>	<p>Sem prejuízo do que os municípios possam fazer e do poderá acontecer nas fases subsequentes, nesta primeira fase o projecto centra-se mais sobre intervenções específicas de aumento de resiliência e não de transformação urbana em si.</p>
9		Conselho Municipal de Maputo	<p>Há muitos projectos que são implementados, mas os seus resultados não são satisfatórios porque o processo de implementação das salvaguardas ambientais não funciona.</p> <p>O Banco Mundial (BM) como financiador destes projectos classificou Moçambique como o segundo país mais pobre. A questão de reflexão que se coloca é até que ponto os projectos financiados pelo BM promovem o desenvolvimento.</p>	
10		-	<p>As vias de acesso em Moçambique não são construídas para permitir o escoamento e armazenamento de água. É preciso que se</p>	

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			construam armazenamentos de água das chuvas quando se constroem as estradas. Isto vai permitir a redução de cheias.	
11		-	<p>A questão das mudanças climáticas e seus impactos com o a ocorrência de cheias tem também uma acção humana. A forma como usamos o espaço urbano, como gerimos a questão da salubridade e ocupação e uso dos solos tem um grande impacto.</p> <p>Deste modo a recomendação é que o projecto inclua nos seus planos de intervenção a questão da sensibilização comunitária para estas questões acima mencionadas.</p>	
12		Magistrado do Ministério Público para a área de interesse colectivo	<p>Já foram mapeadas as zonas para a intervenção do projecto? As pessoas potencialmente afectadas já foram identificadas?</p> <p>Já existe um plano de pormenor para questões de reassentamento?</p> <p>Em processos de reassentamento, principalmente os de afectação de activos como terras agrícolas, devem ser tomadas algumas cautelas como a questão da revogação do DUAT pois, há um risco de pessoas afectadas pelo projecto, reclamarem as suas terras mesmo depois de receberem as compensações.</p>	<p>Não. Estas questões e seus detalhes serão objecto de tratamento nas fases posteriores de desenvolvimento do projecto.</p> <p>O projecto vai procurar evitar e minimizar ter de reassentar pessoas e/ou seus activos. Não estão previstas acções massivas de reassentamento. Estas estarão ligadas a intervenções pontuais e tenderão a ser mais de deslocação económica do que física.</p>
13		Pastor	Recomenda que o CMC da Matola seja mais proactivo na resposta as questões apresentadas pelos munícipes;	

#	Participante	Instituições/proveniência	Principais Intervenções / Contribuições	Resposta apresentada
			<p>O projecto deve criar tuneis para o escoamento de águas pluviais e residuais.</p> <p>Os riachos que existem na cidade da Matola e Matola-Rio devem ser aproveitados para o escoamento das águas.</p>	
14		-	<p>Não sentiu a presença do sector privado na reunião. Este é um factor de preocupação pois algumas indústrias não têm respeitado questões de protecção ambiental durante as suas operações. A exemplo disso é a indústria de produção de gás situada no Bairro da Liberdade. Deste modo, surge a questão sobre o papel das indústrias na protecção ambiental e social pois muitas delas realizam as suas acções sem respeito a estas questões.</p>	
15		Secretária Municipal	<p>Gostaria de saber qual o orçamento do projecto a ser alocado para o Município da Matola. Pois, apesar do Município da Matola ter cerca de 5% do total da população do país, continua a receber menos fundos que outros municípios do país. A exemplo de Maputo.</p> <p>Quando é que o projecto vai começar?</p>	<p>O valor actual do projecto está situado em 350 milhões de dólares norte-americanos.</p> <p>O projecto está em fase de preparação e vai começar ainda este ano.</p>

4.1.1 Abordagem de Integração das Preocupações dos Participantes nos Instrumentos

As questões e preocupações apresentadas pelos participantes foram respondidas, tal como destacado nas tabelas acima, onde foi se indicando o instrumento ambiental e social (A&S) onde a sugestão/questão já está considerada, como é o caso de questões ligadas a gestão de mão-de-obra, saúde e segurança ocupacional, protecção do ambiente, e realização de consultas públicas ao nível dos bairros antes do início das intervenções, assegurando (i) a divulgação e acesso à informação, através da disponibilização pública de relatórios de EIAS/PGAS e Planos de Reassentamento; apresentação da informação em locais de fácil acesso (ao nível dos bairros, e plataformas digitais) e em linguagem compreensível e nas línguas locais; partilha dos materiais antes das reuniões públicas, respeitando os prazos estipulados para análise e formulação de comentários; (ii) as consultas devem ser de facto públicas, através de reuniões públicas nas áreas de influência directa e indirecta do projecto, permitindo que todas as PAPs expressem livremente as suas opiniões; participação activa de grupos vulneráveis ou desfavorecidos; apresentação do escopo da obra, os potenciais riscos e impactos esperados, além das medidas de mitigação e compensação; (iii) recolha de contributos e registo, assegurando que todas as preocupações, dúvidas e recomendações manifestadas durante as consultas públicas sejam documentadas; compilação das interações num Relatório de Consulta Pública, que detalha como as preocupações do público foram incorporadas no projecto ou respondidas. Especificamente as seguintes secções dos instrumentos A&S serão actualizadas em conformidade com as sugestões colocadas pelos participantes:

Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS)

- Detalhar as medidas de mitigação dos potenciais riscos e impactos.
- Colocar mais ênfase nos riscos e impactos de saúde e segurança da comunidade.
- O MRR já indica a necessidade de colocar caixas de reclamações nas áreas de intervenção, tal como sugerido pelos participantes.
- O MRR e o plano de acção de EAS/AS reflecte canais de denúncia de casos de EAS/AS.

Procedimentos de Gestão de Mão-de-Obra (PGMO)

- A preocupação sobre recrutamento de pessoal local para as actividades de construção já está reflectida, incluindo a publicitação das vagas e transparência no processo de recrutamento, bem como assegurar o treinamento da mão-de-obra local.

Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)

- Revisão nos métodos de comunicação para reforçar a necessidade de realizar consultas públicas ao nível local (Bairros) nas áreas onde as intervenções irão ocorrer, para permitir que as PAPs possam participar activamente na selecção e priorização das intervenções. O processo de consulta e divulgação a ser seguido é tal como descrito no primeiro parágrafo desta secção 4.1.1 acima. Isto deverá assegurar mecanismos para incluir o envolvimento da liderança local e das pessoas influente, assim como garantir o registo de todos os momentos das consultas incluindo evidências.

- Inclusão de uma matriz resumo das consultas, registo de participantes, refletindo as sessões em cada Município, tal como reflectido nas tabelas 3 a 11 e anexos 3 a 11.

4.2. Resumo das Necessidades das Partes Interessadas do Projeto e Métodos, Ferramentas e Técnicas para o Envolvimento

O Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) descreve o processo de envolvimento, os métodos, incluindo a sequência, os temas das consultas e as partes interessadas visadas. O Banco Mundial e o Mutuário (MAEFP/ MOPHRH) não toleram represálias e retaliações contra as partes interessadas do projecto que partilhem as suas opiniões sobre os projectos financiados pelo Banco Mundial.

O processo de documentação de respostas e da atuação como parte do envolvimento das partes interessadas é um requisito contínuo para garantir uma consulta significativa e a sustentabilidade do projecto. Como tal, as Unidades de Implementação do Projecto (UIP), em colaboração com os Municípios, deverão manter um registo documentado das actividades de envolvimento das partes interessadas, que deverá ser publicado de forma atempada e acessível, considerando os métodos indicados na Tabela 12 e considerando as línguas locais. A documentação deve incluir, pelo menos, o perfil do participante, a informação divulgada, a preocupação manifestada, e o resumo da resposta e ações decorrentes. O processo de acção deve considerar a adaptação do projecto, inclusão e seleção de subprojetos e adequação dos arranjos de implementação caso a resposta recebida destaque riscos ambientais ou sociais significativos; o PEPI deve também ser atualizado para refletir as respostas recebidas, particularmente em relação à forma como o envolvimento futuro será conduzido; Se a resposta identificar riscos específicos do local, a sua incorporação em medidas de mitigação exigirá a actualização do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS); mais importante ainda, é indispensável comunicar às partes interessadas como é que os seus contributos influenciaram as decisões finais. Algumas das ferramentas para documentação incluem: (i) registo/base de dados de engajamento das partes interessadas; (ii) mecanismo de reclamações; (iii) atas de reuniões e lista de presenças; (iv) relatório de respostas dadas; (v) evidência de cumprimento das ações acordadas.

O envolvimento dos intervenientes como parte dos ciclos de Planeamento Distrital/Municipal de Desenvolvimento Local (PDLD) é uma abordagem participativa e ascendente que envolve os conselhos consultivos locais (CCLs), a sociedade civil e os líderes tradicionais/chefes dos bairros para identificar as necessidades da comunidade. As principais fases do envolvimento no âmbito do PDLD incluem a consulta comunitária, a priorização e o planeamento, visando o desenvolvimento sustentável e a resiliência climática. Os CCL/bairros são o principal elo de ligação entre o governo local e as comunidades, sendo compostos por líderes comunitários/chefes dos bairros, jovens, mulheres e diversos grupos sociais, para definir as necessidades essenciais de infraestruturas e serviços públicos. Uma vez que o projecto (nos termos das subcomponentes 2.1, 3.1) irá financiar o reforço da capacidade de alerta, e o planeamento urbano, o envolvimento da comunidade deve ser integrado, evitando discussões repetidas com os mesmos membros da comunidade para o mesmo objectivo. O papel da UIP e dos municípios é essencial para concretizar esta abordagem.

Tabela 12: Resumo das Necessidades das Partes Interessadas do Projeto e Métodos, Ferramentas e Técnicas para o Envolvimento das Partes Interessadas.

Fase do projeto	Partes interessadas-alvo	Assunto da consulta/mensagem	Método utilizado	Necessidades linguísticas	Responsabilidades	Frequência
Concepção do Projecto, nas subcomponentes 1.1, 1.2, e 2.2	Institucional (Instituições governamentais, autoridades locais, ONG locais, parceiros de implementação, doadores), Público (o público em geral). Comunidades moradoras das áreas de implementação do projecto. Comerciantes, empresas, associações comerciais e utilizadores das áreas de intervenção. Mulheres, idosos, pessoas com deficiência, jovens e outros grupos vulneráveis durante a definição das	PEPI e PCAS Divulgação e recolha de comentários através do MRR	Reuniões de consulta pública Consultas preliminares com potenciais PAPs para identificação antecipada de impactos e medidas de mitigação. Reuniões de grupos focais, entrevistas a informantes-chave, visitas de campo e consultas sectoriais. Visitas de campo, reuniões presenciais, grupos focais e consultas dirigidas aos grupos vulneráveis.	Português	Equipa de gestão de riscos ambientais e sociais das UIP.	Antes do início das atividades (obras) Continua para o MRR.

Fase do projeto	Partes interessadas-alvo	Assunto da consulta/mensagem	Método utilizado	Necessidades linguísticas	Responsabilidades	Frequência
	alternativas do projecto. Secretários de bairro, chefes de quarteirão, líderes comunitários e representantes locais. Associações empresariais, empresas e operadores económicos					
	Público em geral, autoridades locais, ONG locais e internacionais, parceiros de implementação, doadores. Comunidades moradoras das áreas de implementação do projecto. Comerciantes, empresas, associações comerciais e utilizadores das	QGAS/EIASs/PGASs/PARs, o MRR; Avaliação, e outros instrumentos A&S. Processo de selecção de subprojetos. Divulgação e recolha de comentários através do MRR	Reuniões de consulta pública, reuniões formais, entrevistas individuais, e-mail, website, redes sociais. Reuniões de grupos focais, entrevistas a informantes-chave, visitas de campo e consultas sectoriais. Visitas de campo, reuniões presenciais, grupos focais e consultas	Português e resumos traduzidos para línguas locais como Xangana, Ronga, Sena.	MAEFP/ MOPHRH, as UIP e as equipas municipais de implementação do projecto	Antes do início das respetivas atividades (obras) Continua para o MRR.

Fase do projeto	Partes interessadas-alvo	Assunto da consulta/mensagem	Método utilizado	Necessidades linguísticas	Responsabilidades	Frequência
	áreas de intervenção. Secretários de bairro, chefes de quarteirão, líderes comunitários e representantes locais. Associações empresariais, empresas e operadores económicos.		dirigidas aos grupos vulneráveis.			
Triagem A&S	Comunidades locais, autoridades municipais, SPA.	Detalhes de subprojectos específicos	Reuniões de consulta pública, reuniões formais, entrevistas individuais Consultas preliminares com potenciais PAPs para identificação antecipada de impactos e medidas de mitigação Visitas de campo, reuniões presenciais, grupos focais e consultas	Português	Equipe A&S da UIP no MAEFP/MOPHRH/Serviços Provinciais do Ambiente (SPA)	Logo que o subprojecto for identificado.

Fase do projeto	Partes interessadas-alvo	Assunto da consulta/mensagem	Método utilizado	Necessidades linguísticas	Responsabilidades	Frequência
			dirigidas aos grupos vulneráveis.			
Preparação de instrumentos A&S	Público em geral, autoridades locais	EIAS/PGAS/PAR	Reuniões de consulta pública, reuniões formais, entrevistas individuais Visitas de campo, reuniões presenciais, grupos focais e consultas dirigidas aos grupos vulneráveis.	Português e línguas locais	Equipe A&S da UIP no MAEFP/MOPHRH/Serviços Provinciais do Ambiente (SPA)	Antes das actividades arrancarem no terreno (obras)
Preparação para implementação	Público em geral, autoridades locais	EIAS/PGAS/PAR Detalhes de subprojectos específicos Divulgação do MRR, canais de denúncia e acompanhamento das reclamações recebidas.	Avisos comunitários, quadros de avisos, rádio. Visitas de campo, reuniões presenciais, grupos focais e consultas dirigidas aos grupos vulneráveis.	Português e resumos traduzidos para línguas locais como Xangana, Ronga, Sena	Equipe A&S da UIP no MAEFP/MOPHRH/Serviços Provinciais do Ambiente (SPA)/Consultores	Antes das actividades arrancarem no terreno (obra) Continua para o MRR
Implementação do Projecto	Potenciais beneficiários, autarquias e público em geral.	Implementação de EIAS/PGAS para subprojetos.	Reuniões comunitárias, quadros de avisos distritais/municipais	Português e resumos traduzidos para línguas	MAEFP/ MOPHRH, as UIP e as equipas municipais de implementação do projecto	Durante a preparação dos instrumentos. Antes do início das atividades em subprojetos

Fase do projeto	Partes interessadas-alvo	Assunto da consulta/mensagem	Método utilizado	Necessidades linguísticas	Responsabilidades	Frequência
	Empreiteiros, fiscalização, empresas de serviços públicos e comerciantes	Recrutamento de trabalhadores/empresarios locais.	, redes sociais, rádio, SMS, website. Visitas de campo, reuniões presenciais, grupos focais e consultas dirigidas aos grupos vulneráveis. Reuniões de pré-arranque com comunidades, autoridades locais, comerciantes e outras partes afectadas para apresentação do cronograma, impactos previstos e mecanismos de reclamação Reuniões periódicas de acompanhamento das obras, divulgação do progresso físico, gestão de reclamações e comunicação de	locais como Xangana, Ronga, Sena		que exijam estes instrumentos específicos. No mínimo trimestralmente.

Fase do projeto	Partes interessadas-alvo	Assunto da consulta/mensagem	Método utilizado	Necessidades linguísticas	Responsabilidades	Frequência
	Potenciais beneficiários ONG locais, OSC Público em geral.		alterações ao cronograma. Avisos comunitários, quadros de avisos, rádio. Visitas de campo, reuniões presenciais, grupos focais e consultas dirigidas aos grupos vulneráveis. Reuniões periódicas de acompanhamento das obras, divulgação do progresso físico, gestão de reclamações e comunicação de alterações ao cronograma.	Línguas locais como Xangana, Ronga, Sena.	Equipes municipais de implementação do projecto, OSC, ONGs	Durante a preparação dos instrumentos. Antes do início das atividades em subprojetos que exijam estes instrumentos específicos. No mínimo trimestralmente.
	Populações deslocadas/afetadas Equipas de resposta a emergências locais	Implementação de EIAS/PGAS para subprojetos. Recrutamento de trabalhadores/empregados locais. Divulgação do MRR, canais de denúncia e	Meios de comunicação social (rádio, alertas por SMS), comunicados simplificados à comunidade e	Línguas locais como Xangana, Ronga, Sena.	MAEFP/ MOPHRH, as UIP e as equipas municipais de implementação do projecto	Abordagem imediata e contínua antes e durante situação de emergência. Continua para o MRR

Fase do projeto	Partes interessadas-alvo	Assunto da consulta/mensagem	Método utilizado	Necessidades linguísticas	Responsabilidades	Frequência
		acompanhamento das reclamações recebidas.	sessões de informação virtuais. Visitas de campo, reuniões presenciais, grupos focais e consultas dirigidas aos grupos vulneráveis.			
	Moradores locais Potenciais beneficiários, autarquias e público em geral. Crianças e Adolescentes	Desenvolvimento e implementação de EIAS/PGAS para subprojetos. Divulgação do MRR, canais de denúncia e acompanhamento das reclamações recebidas.	Discussões em Grupo de Foco (DGFs). Reuniões de pré-arranque com comunidades, autoridades locais, comerciantes e outras partes afectadas para apresentação do cronograma, impactos previstos e mecanismos de reclamação. Sessões específicas com operadores económicos formais e informais afectados por desvios de trânsito, restrições de	Português e Línguas locais	MAEFP/ MOPHRH, as UIP e as equipas municipais de implementação do projecto	Concentrado na fase inicial de projeto, e mantido activamente durante toda a fase de implementação/construção. . Continua para o MRR

Fase do projeto	Partes interessadas-alvo	Assunto da consulta/mensagem	Método utilizado	Necessidades linguísticas	Responsabilidades	Frequência
			<p>acesso ou interrupções temporárias de serviço.</p> <p>As consultas com crianças e adolescentes sejam realizadas em coordenação com as escolas e estruturas de protecção da criança, recorrendo a metodologias adequadas à faixa etária e assegurando a observância dos princípios de protecção infantil.</p>			
	<p>Comunidades de abrigo</p> <p>Grupos vulneráveis, mulheres, líderes comunitários</p>	<p>Desenvolvimento e implementação de EIAS/PGAS para subprojetos.</p> <p>Divulgação do MRR, canais de denúncia e acompanhamento das reclamações recebidas.</p>	<p>Consultas com grupos-alvo (sessões separadas para mulheres, idosos e pessoas com deficiência) e workshops operacionais</p> <p>Visitas conjuntas com a</p>	<p>Português e Línguas locais</p>	<p>MAEFP/ MOPHRH, as UIP e as equipas municipais de implementação do projecto</p>	<p>Realizada extensivamente durante a fase de concepção e imediatamente antes de um desastre.</p> <p>Continua para o MRR</p>

Fase do projeto	Partes interessadas-alvo	Assunto da consulta/mensagem	Método utilizado	Necessidades linguísticas	Responsabilidades	Frequência
			FAMOD/ADEMO para verificar a implementação das medidas de acessibilidade previstas nos projectos. Visitas de campo, reuniões presenciais, grupos focais e consultas dirigidas aos grupos vulneráveis.			
	Sector Privado Empreiteiros Proprietários de empresas locais Empresas de serviços públicos	Documentos de concurso Recrutamento de trabalhadores/empreiteiros locais. Divulgação do MRR, canais de denúncia e acompanhamento das reclamações recebidas.	Sessões informativas pré-licitação sobre questões ambientais e sociais (E&S) Reuniões formais com associações industriais Correspondência contratual direta. Visitas de campo, reuniões presenciais, grupos focais e consultas dirigidas aos grupos vulneráveis.	Português	Técnicos A&S da UIP Equipe de Licitação da UIP	Durante os processos de aquisição Fase de concurso, ou seja, pré-construção Continua para o MRR

Fase do projeto	Partes interessadas-alvo	Assunto da consulta/mensagem	Método utilizado	Necessidades linguísticas	Responsabilidades	Frequência
Encerramento	Público em geral, autoridades locais	Relatórios de implementação do PGAS Obras concluídas	Avisos comunitários, quadros de avisos, rádio. Visitas de campo, reuniões presenciais, grupos focais e consultas dirigidas aos grupos vulneráveis.	Português e resumos traduzidos para línguas locais como Xangana, Ronga, Sena	Equipe A&S da UIP no MAEFP/MOPHRH/Empreiteiros	Quando as obras tiverem sido concluídas

4.3. Estratégia Proposta para Incorporar as Opiniões dos Grupos Vulneráveis

O projeto irá procurar as opiniões de todas as partes interessadas, especialmente aqueles que sofreram os impactos directos das últimas cheias em Janeiro de 2026, incluindo indivíduos e famílias afectadas pelo HIV/SIDA; idosos; pessoas com doenças crónicas; jovens dos 18 aos 35 anos que não frequentaram a escola; pessoas com mobilidade reduzida de qualquer natureza, independentemente de estarem sob cuidados permanentes ou de serem autossuficientes; pessoas com deficiência visual/auditiva ou cognitiva; famílias monoparentais chefiadas por homens e mulheres; mulheres chefes de família de baixo rendimento ou com filhos pequenos (menores de 5 anos); grupos economicamente ou socialmente (por etnia, religião, origem, orientação sexual) marginalizados e desfavorecidos; comunidades em bairros periféricos, através dos métodos descritos na tabela abaixo.

Tabela 13: Grupos Vulneráveis e Proposta de Técnicas para Consulta

Grupo Vulnerável	Técnica proposta para consulta
Idosos, pessoas com deficiência, indivíduos e famílias afectados pelo HIV/SIDA	As equipas das Unidades de Implementação do Projecto, incluindo as equipas municipais, deverão providenciar transporte para os locais de consulta. Além disso, os locais de reunião serão selecionados para garantir o acesso universal a pessoas com deficiência. As UIP assegurarão que os idosos, as pessoas com deficiência e as pessoas com doenças crónicas participem diretamente ou se não for possível estejam bem representadas pelos seus pais/familiares ou outros acompanhantes.
Mulheres chefes de família de baixo rendimento Famílias chefiadas por órfãos menores de idade	Os locais e horários específicos serão definidos de acordo com a disponibilidade do grupo, uma vez que os seus membros podem ter várias ocupações/actividades durante o dia que dificultam a participação em reuniões. Transporte e segurança serão atendidos.
Pessoas com mobilidade reduzida, deficiência visual/auditiva	Disponibilizar informação em formatos acessíveis, como braille e letras grandes; oferecer múltiplas formas de comunicação, como legendas em texto ou vídeos com interpretação em língua gestual, legendas em texto para deficientes auditivos e materiais online para pessoas que utilizam tecnologia de apoio. Facilitar acesso físico e considerar acesso universal no desenho dos projetos.
Mulheres e crianças	Serão realizadas reuniões comunitárias com grupos específicos de mulheres e crianças (Grupos focais). Os líderes comunitários/chefes de bairro são fundamentais para incentivar estes grupos. Serão organizadas reuniões individuais, de acordo com a situação. Além disso, deve assegurar-se de que as equipas de envolvimento comunitário têm equilíbrio de género e promova a liderança feminina dentro das mesmas, elabore inquéritos online e presenciais e outras actividades de envolvimento para que as mulheres que realizam trabalho de cuidados não remunerado possam participar nas equipas de envolvimento. As consultas com mulheres jovens neste grupo devem ser conduzidas de forma independente, em espaços seguros e confidenciais, e com mulheres com formação.

Jovens dos 18 aos 35 anos que não frequentaram a escola.	Os esboços de localização, as maquetes físicas e as apresentações em vídeo podem ser úteis para comunicar informações relevantes e serão de uso obrigatório em grupos de baixa literacia.
Grupos socialmente marginalizados (por etnia, religião, origem geográfica etc.)	Realização de sessões separadas por afinidade ou demografia (ex: apenas mulheres, jovens, minorias étnicas ou líderes religiosos específicos). Consultas individuais com líderes tradicionais de minorias, representantes de organizações não governamentais (ONGs) locais ou anciãos religiosos. Consultas porta-a-porta deslocando equipas técnicas diretamente às residências. Esta técnica é crucial para quem tem restrições de mobilidade ou receio de exposição pública. Uso de mapas visuais identificando os seus locais sagrados, fontes de água e zonas de subsistência, contornando barreiras de literacia. Utilização de mensagens de rádio comunitária, folhetos ilustrados, vídeos curtos e megafones para partilhar o progresso do projeto.

Todas as equipas técnicas envolvidas na consulta irão garantir que os grupos vulneráveis participam efetivamente e que as suas vozes não são ignoradas. Isto pode exigir reuniões específicas com grupos vulneráveis, para além das consultas gerais da comunidade. Em geral, as mulheres tendem a ser mais expressivas nas reuniões de consulta exclusivas para mulheres do que nas reuniões gerais da comunidade. Da mesma forma, podem ser realizadas reuniões separadas com deslocados das últimas cheias de janeiro de 2026, incluindo membros das comunidades de acolhimento. Além disso, é importante utilizar outros métodos de consulta que não exijam a participação física em reuniões, como as redes sociais e as transmissões de rádio, para garantir que os grupos que não podem estar fisicamente presentes nas reuniões possam participar. Uma avaliação social, realizada três meses após o término do projecto, quando as actividades do projecto tiverem sido realizadas no terreno, por forma a captar a mudança que as acções do projecto trouxe para as comunidades locais e a melhoria das infraestruturas municipais no controle das cheias. Adicionalmente, a avaliação social investigará as necessidades específicas dos grupos vulneráveis durante a implementação do projecto, e o Plano de Avaliação Social (PAS) e o PEPI serão atualizados à medida que os resultados da avaliação forem recebidos. Será implementado um Mecanismo de Resolução de Reclamações (MRR) de forma a que todos os grupos identificados como vulneráveis tenham acesso à informação, possam apresentar as suas queixas e receber resposta de acordo com o previsto no MRR.

5. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR O ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

5.1. Funções e Responsabilidades

A responsabilidade geral pela implementação do PEPI recai sobre a Unidade de Implementação do Projecto (UIP) do MAEFP. Dentro da UIP, quatro posições dedicadas serão criadas, nomeadamente (i) Especialista Ambiental, (ii) Especialista Social, (iii) Especialista em Saúde e Segurança no Trabalho (SST), e (iv) Especialista em Violência Baseada no Género. Estes especialistas deverão desempenhar a função diária de

engajamento com as partes interessadas, cada um ao nível do que a sua posição requer, mas com mais ênfase no Especialista Social. Nenhuma outra entidade pode substituir essa capacidade. Os municípios participantes na execução do projecto, bem como outras entidades de execução, irão contratar seus próprios especialistas ambientais e sociais, com responsabilidades de apoio à implementação do envolvimento das partes interessadas, gestão de reclamações, entre outras tarefas no âmbito do Projeto. FIPAASO INGD é responsável por todo o engajamento comunitário nas actividades relativas a componente 2, especialmente em relação aos sistemas de alerta precoce e abrigo temporário. Os especialistas ambientais e sociais a serem contratados pelos municípios envolvidos, são os nós de interface e reporte locais. Os Oficiais de Ligação com a Comunidade, integrados às equipes dos empreiteiros, atuam como a interface diária com a comunidade nos estaleiros de obras. As responsabilidades específicas de cada ator estão descritas na tabela abaixo.

Tabela 14: Funções e Responsabilidades na Implementação do PEPI

Entidade	Principais responsabilidades na implementação do PEPI
Especialista Social da UIP no MAEFP	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenação geral da implementação do PEPI em todos os componentes e nos nove municípios • Mantém um cadastro consolidado de partes interessadas, atualizado em até 5 dias úteis após cada envio mensal. • Coordena e preside a chamada mensal de coordenação ambiental e social entre as Unidades de Implementação de Programa (UIP). • Facilita o fórum trimestral de aprendizagem entre pares entre municípios. • Prepara e submete a seção de engajamento das partes interessadas do relatório semestral de progresso ambiental e social ao Banco Mundial. • Realiza a revisão anual do PEPI e prepara o PEPI atualizado para aprovação do Banco Mundial. • Garante que todos os eventos de consulta sejam documentados – listas de presença, atas, matrizes de respostas, fotografias, incluindo o seguimento de acções que tenham sido acordadas em sessões anteriores de consultas.

Entidade	Principais responsabilidades na implementação do PEPI
Especialista Ambiental da UIP no MAEFP	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar grupos vulneráveis que dependem diretamente de recursos naturais afetados pelas intervenções do projecto (ex: pescadores artesanais, agricultores de sequeiro). • Adaptar informação ambiental (dos EIAS/PGAS) do projecto para uma linguagem acessível e universal durante as consultas públicas. • Garantir que as atividades de engajamento do PEPI estejam calendarizadas e orçamentadas em sincronia com o Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS), EIAS e PGAS. • Liderar debates e sessões de auscultação sobre o impacto físico das obras (ex: diques, estradas, etc) com as partes interessadas. • Auscultar as comunidades locais sobre soluções baseadas na natureza e obter o conhecimento local tradicional para otimizar os planos de adaptação climática incorporados nas intervenções do projecto. • Assegurar a divulgação pública atempada de todos os instrumentos de ambientais e sociais (EIAS/PGAS) antes do arranque de qualquer obra no terreno. • Alimentar e monitorar o MRR, tratando especificamente queixas ligadas a danos ambientais comunitários (ex: geração poeira, contaminação da água, ruído de obras, restrição de acesso, etc.). • Atualizar o PEPI à medida que novos riscos A&S ou alterações no projeto forem reportados pelas comunidades ao longo do ciclo de vida do projeto. • Capacitar os técnicos municipais sobre a importância de alinhar a gestão ambiental com a participação comunitária contínua. • Elaborar relatórios periódicos detalhando como os requisitos ambientais foram integradas nas consultas públicas e como o feedback local alterou ou melhorou a concepção de projectos (engenharia) para aumentar a sua resiliência.

Entidade	Principais responsabilidades na implementação do PEPI
Especialista em VBG na UIP no MAEFP	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolve e gere o canal confidencial de reporte de ocorrências de exploração e abuso sexual (EAS/AS) – a única entidade que trata de reporte de EAS/AS. • Mapeia e estabelece parcerias com prestadores de serviços de combate à violência de gênero em cada município antes do início das obras civis. • Planeja e facilita sessões de consulta exclusivas para mulheres em cada município. • Analisa o layout do abrigo e o projeto de WASH (água, saneamento e higiene) sob a perspectiva de risco de violência baseada em gênero antes da finalização do desenho dos projetos. • Gestão do processo de aplicação do Código de Conduta e as sessões de conscientização sobre violência baseada no gênero para os funcionários, incluindo trabalhadores do empreiteiro. • Reportar dados de desempenho sobre VBG (Violência Baseada em Gênero) ao Especialista Social da Unidade de Implementação do Projecto no MAEFP para inclusão no relatório semestral de progresso em questões ambientais e sociais – sob protocolos confidenciais que protegem os denunciantes individuais, tal como descrito no plano de acção para prevenção e resposta a riscos de exploração, abuso sexual, e assédio sexual (EAS/AS).
Especialista de SST na UIP no MAEFP	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir que os locais de reuniões públicas previstos no SEP cumpram as diretrizes de segurança, acessibilidade e prevenção sanitária. • Facilitar sessões específicas de auscultação com trabalhadores do projeto para identificar falhas no fornecimento de EPIs adequados aos riscos incorridos. • Assegurar que o MRR possua protocolos específicos e confidenciais para que trabalhadores relatem violações graves de segurança ou acionem o direito de recusa ao trabalho diante de perigo iminente sem sofrer retaliações. • Avaliar reclamações comunitárias recebidas em reuniões públicas e através do MRR relativas a impactos gerados pelas obras na saúde pública. • Garantir que as preocupações levantadas pelas comunidades nas consultas públicas sejam integradas ao Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) e ao Plano de Saúde e Segurança no Trabalho elaborados pelos empreiteiros. • Assegurar que os relatórios e as atas das consultas públicas resultem em obrigações contratuais de SSO mensuráveis e auditáveis para os empreiteiros. • Realizar visitas regulares de fiscalização aos estaleiros de obras para confrontar os compromissos validados no PEPI com as práticas diárias de segurança no terreno.

Entidade	Principais responsabilidades na implementação do PEPI
Especialista A&S no INGD	<ul style="list-style-type: none"> • Lidera todo o engajamento comunitário para o Componente 2 — consultas de design do EWS, localização do EOC, avaliação de locais de abrigo e revisão da política de gestão de abrigos. • Coordena sessões dedicadas à acessibilidade com o INAE sobre sistemas de alerta precoce e projeto de abrigos. • Envia atualizações mensais sobre o envolvimento das partes interessadas no Componente 2 para a Unidade de Implementação do MAEFP. • Coordena o rastreamento da localização de deslocados internos para ações direcionadas às famílias deslocadas em abrigos.
Especialistas A&S nos municípios	<ul style="list-style-type: none"> • Enviar mensalmente os formulários de monitoramento ambiental e social ao Especialista Social da MAEFP UIP – a matéria-prima para os relatórios ambientais e sociais do portfólio. • Gerir o MRR em cada município – coleta de reclamações na caixa de reclamações, recebimento de reclamações presenciais e encaminhamento ao Oficial de MRR da UIP no MAEFP. • Facilitar reuniões comunitárias a nível de bairro em coordenação com os secretários de bairro • Participar do fórum trimestral de aprendizagem entre pares intermunicipal. • Monitorar as preocupações emergentes da comunidade local e reportá-las à Unidade de Implementação do Projecto (UIP) do MAEFP em até 48 horas após a identificação.
Agentes de Ligação com a Comunidade (ALCs) (integrados às equipas dos empreiteiros)	<ul style="list-style-type: none"> • Interação diária com a comunidade em todos os canteiros de obras – o principal ponto de contato para questões da comunidade relacionadas à fase de construção. • Recolher semanalmente o conteúdo da caixa de reclamações e encaminhar todas as reclamações ao responsável pela MRR da MAEFP UIP. • Realizar reuniões comunitárias prévias à mobilização em cada área do local antes do início das obras. • Manter um registro semanal de engajamento comunitário do CLO, a ser submetido à Unidade de Implementação de Projetos (UIP) do MAEFP. • Não resolver disputas de indenização de forma independente – encaminhe todas as dúvidas sobre acesso à terra, à unidade de implementação do projecto no MAEFP.

Entidade	Principais responsabilidades na implementação do PEPI
Unidade do Meio Ambiente do Conselho Municipal de Maputo (CMM)	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir o engajamento das partes interessadas para todos os trabalhos dentro da jurisdição do CMM de forma independente, através da unidade de Meio Ambiente estabelecida através do PTUM. • Reportar mensalmente o desempenho ambiental e social à Unidade de Implementação de Projetos (UIP) do MAEFP. • Coordenar o envolvimento a nível metropolitano com Matola, Marracuene, Boane e Matola Rio no que diz respeito à interconexão de drenagem e aos impactos no acesso aos serviços.

5.2. Orçamento

Os recursos para a implementação do PEPI serão alinhados com os compromissos estabelecidos no PCAS. A estimativa orçamental para a implementação do PEPI é de 4.135.425,00 USD. Os detalhes do orçamento estão descritos na tabela abaixo.

Tabela 15: Orçamento para a Implementação do PEPI

Categorias de orçamento	Quantidade	Custos unitários	Anos	Custos totais
1. Salários estimados da equipa e despesas relacionadas.				
Especialista Ambiental das UIP no MAEFP e MOPHRH	24 meses	4.500,00	5	540.000,00
Especialista Social das UIP no MAEFP e MOPHRH	24 meses	4.500,00	5	540.000,00
Especialista de VGB nas UIP no MAEFP e MOPHRH	24 meses	4.500,00	5	540.000,00
Especialista de SST nas UIP no MAEFP e MOPHRH	24 meses	4.500,00	5	540.000,00
9 Especialistas A&S ao nível municipal (1 por cidade)	108 meses	2.500,00	5	1.350.000,00
Custos de deslocação/transporte para o pessoal A&S	Soma total			100.000,00
Diária para o pessoal das UIP	Soma total			50.000,00
2. Consultas/Planeamento Participativo, Reuniões de Tomada de Decisão				
Reuniões de lançamento do projeto	3 reuniões (1 cada província)	3.000,00	1	9.000,00
Organização de grupos focais	1 trimestral	500,00	5	2.500,00
3. Campanhas de comunicação				
Rádio, cartazes, teatro, banda desenhada	Soma total			10.000,00

Categorias de orçamento	Quantidade	Custos unitários	Anos	Custos totais
Campanha nas redes sociais	1 semestralmente	1.000,00	5	5.000,00
4. Treinamentos				
Formação sobre questões socioambientais para o pessoal das UIP, incluindo ao nível municipal.	1/cidade/ano	2.000,00	5	10.000,00
Formação sobre Violência Baseada no Género (VBG) para o pessoal das UIP e empreiteiros.	1/cidade/ano	2.000,00	5	90.000,00
5. Inquéritos aos beneficiários e sessões de consulta para selecção de projectos, divulgação do EIAS/PGAS				
Inquérito de percepção no meio do projecto	1	5.000,00	1	5.000,00
Inquérito de percepção no final do projeto	1	5.000,00	1	5.000,00
Sessões de consulta para selecção de projectos, divulgação do EIAS/PGAS	Soma total			30.000,00
6. Mecanismo de Resolução de Reclamações				
Formação de comités de MRR	Soma total			5.000,00
Caixas de sugestões nas aldeias	Soma total			7.000,00
Materiais de comunicação MRR	Soma total			10.000,00
Investigações de queixas/visitas aos locais	Soma total			50.000,00
Sistema de Informação de MRR (instalação ou manutenção)	Soma total			40.000,00
Outros custos logísticos de MRR	5% do total de 1 a 6			196.925,00
ORÇAMENTO TOTAL PARA O ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS:				4.135.425,00

6. MECANISMO DE RECLAMAÇÕES

Um Mecanismo de Reclamações é um sistema que permite não só o envio de reclamações, mas também de dúvidas, sugestões, respostas positivas e preocupações das partes afetadas pelo projeto, relacionadas com o desempenho ambiental e social do mesmo, e que estas reclamações e preocupações sejam respondidas em tempo útil.

O Mecanismo de Reclamações deve operar dentro das estruturas legais e culturais existentes, proporcionando uma oportunidade adicional para a resolução de reclamações no âmbito local do projecto. Os principais objetivos do Mecanismo de Reclamações são: (i) registar, categorizar e priorizar as reclamações; (ii) resolver as reclamações através da consulta a todas as partes interessadas e verificação do cumprimento dos requisitos socioambientais e compromissos; (ii) informar as parte interessadas sobre as soluções; (iii) encaminhar os casos não resolvidos para a

autoridade competente; e (iv) ajustar o projeto, o PEPI e o MRR segundo tendências e vulnerabilidades identificadas nas reclamações recebidas.

Em princípio, os mecanismos tradicionais e comunitários devem ser considerados como a primeira instância para a resolução de litígios antes do Mecanismo de Reclamações do projeto. Desta forma, os mecanismos formais ou informais existentes devem ser complementados pelos procedimentos do Mecanismo de Reclamações do projeto para resolver as reclamações de forma rápida, eficiente e sem custos para o reclamante. Os mecanismos tradicionais, locais ou consuetudinários de resolução de conflitos são geralmente compostos por anciãos, conselhos comunitários e líderes, sendo que o MR do projeto considera também os princípios de acessibilidade, adequação cultural, não retaliação, confidencialidade e inclusão, e respeito pelos direitos humanos, que são integrados.

O MR é um requisito obrigatório da NAS10 e do PCAS. O MRR do MozResilience deve ser estabelecida, testada e comprovada como funcional em cada município-alvo (ao nível local) antes da assinatura do contrato de obras civis correspondente.

O Mecanismo de Reclamações (MR) do projeto, descrito abaixo como parte deste Plano Engajamento das Partes Interessadas (PEPI), proporciona uma resolução acessível, atempada e justa das reclamações para as partes afetadas pelo projeto. Se uma reclamação não for resolvida de forma satisfatória para o reclamante no âmbito do projeto, este dispõe de várias opções de escalar¹ (apresentar em outros níveis, tal como indicado nos pontos (i) a (v) abaixo, antes de recorrer ao poder judicial. Contudo, compreende-se que nem todas as reclamações serão resolvidas a contento do reclamante na primeira tentativa. Caso a reclamação não seja resolvida a contento do reclamante no âmbito do projeto, este dispõe das seguintes opções para escalar antes de recorrer ao poder judicial, sendo que a sequência não é obrigatória: (i) após submeter a reclamação ao ponto focal do MR do projeto, aos empreiteiros, aos engenheiros de obra ou aos representantes da comunidade local; (ii) caso não fique satisfeito, o reclamante pode recorrer à Unidade de Implementação do Projeto (UIP), sendo que a reclamação contará com a intervenção de especialistas ambientais/sociais; (iii) e se ao nível do projeto não conseguir resolver a reclamação, esta poderá ser encaminhada directamente para o (v) Banco Mundial, através do Serviço de Resolução de Queixas do Banco Mundial (GRS)- <http://www.worldbank.org/en/projects-operations/products-and-services/grievance-redress-service>

6.1. Canais de Admissão

Sete canais de atendimento recebem reclamações, todas direcionadas para um único registo centralizado gerido pelo Especialista Social da Unidade de Implementação do Projeto (UIP) do MAEFP, e pelos pontos focais (especialistas A&S) nas outras instituições (MOPHRH, CMM/PTUM). Deverá ser criada uma base de dados consolidada para gestão e monitoria das reclamações ao nível do projeto. A operação de Sete canais garante acessibilidade a todos os grupos de PAP.

- **Linha direta gratuita** (85 110 0000): divulgada nos estaleiros de obras, murais e em rádios comunitárias em português, changana, ronga e sena. Atendimento em línguas locais.
- **E-mail e portal online** (queixas@pdul.gov.mz / sugestoes@pdul.gov.mz) e <https://mdqr.pdul.gov.mz>: acessíveis através dos sites dos projetos MOPHRH e MAEFP.
- **Presencialmente**: Oficiais de Ligação com a Comunidade em todos os locais de obras; UIP e escritórios municipais; secretários de bairro designados.

¹ Processo de direccionar um problema para um nível hierárquico, técnico ou institucional mais alto quando ele não pode ser resolvido no nível inicial de atendimento.

Comentado [RT1]: Incluir o URL e o endereço de e-mail

Comentado [AZ1R2]: Incluído

- **Caixas de reclamações:** localizadas nos estaleiros de obras e nas secretarias de bairro; formulários em português e em formato pictográfico para usuários com baixo nível de alfabetização; recolhidos semanalmente pelos agentes comunitários de ligação.
- **WhatsApp institucional, incluindo por SMS,** a ser estabelecido na UIP do MAEFP.
- **Líderes comunitários e estruturas locais,** a serem identificados e treinados em todos os municípios envolvidos.
- **Canal confidencial de abuso sexual e violência sexual:** linha direta dedicada, gerenciada exclusivamente pelo Especialista em VBG da UIP do MAEFP, sob protocolos centrados na vítima; vinculada diretamente às redes de encaminhamento de serviços de VBG em cada município. Nenhuma outra entidade lida com denúncias de abuso sexual e violência sexual.

6.2. Processo de Resolução e Tabela de Fluxo

Todas as reclamações são registradas em até 24 horas após o recebimento e a reclamação é confirmada ao reclamante em até três dias úteis. O processo de resolução segue cinco etapas, conforme mostrado na tabela abaixo. Os prazos de resolução são: 7 dias úteis para reclamações simples, 21 dias úteis para reclamações padrão e 45 dias úteis para casos complexos. Os relatos de abuso sexual e exploração sexual são encaminhados imediatamente aos provedores de serviços de violência baseada no gênero, seguindo protocolos centrados na sobrevivente, mantendo sua identidade como confidencial, tal como descrito no plano de ação de prevenção e resposta à VBG/EAS/AS.

Tabela 16: Tabela de Fluxo de Resolução de Reclamações

Etapa	Ação	O que acontece	Período
1	Recebimento e Registro	O responsável pela gestão de reclamações registra a queixa no registo central com um número de rastreamento único. O aviso de recepção é enviado ao reclamante por escrito.	Em até 24 horas. Confirmação em até 3 dias úteis. Responsável pela MRR.
2	Triagem e priorização	A reclamação é avaliada por tipo: simples, padrão, complexa ou EAS/AS. Encaminhada à entidade apropriada: UIP do	Em até 3 dias úteis. O Oficial MRR encaminha os documentos para a UIP no FIPAAS ou para o Município, conforme o caso e informa ao reclamante.

Etapa	Ação	O que acontece	Período
		MAEFP, FIPAAS ou município. Casos graves ou complexos são encaminhados ao Coordenador da UIP.	
3	Investigação	A entidade responsável realiza visita ao local ou revisão de documentos para verificar os fatos. O reclamante é mantido informado em intervalos regulares.	A duração varia conforme a complexidade. O reclamante será informado sobre o status do processo em até 7 dias após o início do caso.
4	Resolução e Resposta	A resolução proposta é comunicada ao reclamante. Se aceita, o caso é encerrado e arquivado. Se rejeitada, o Coordenador da Unidade de Implementação do Projeto (UIP) reavalia a situação e propõe uma resolução revisada.	Simples: 7 dias. Padrão: 21 dias. Complexo: 45 dias. O responsável pelo MRR notifica o reclamante, e este participa activamente na investigação sobre a reclamação.
5	Monitoria e avaliação	Os casos em aberto e encerrados são acompanhados no registro MRR. A análise trimestral de tendências identifica problemas sistêmicos. Os dados de	Análise trimestral de tendências. Divulgação pública semestral. Responsável pela MRR

Etapa	Ação	O que acontece	Período
		desempenho do MRR são relatados em relatórios semestrais de progresso ambiental e social e divulgados publicamente.	

A hierarquia e a integração entre os sistemas de MRR (do projeto, do empreiteiro e dos trabalhadores) é apresentada na tabela abaixo.

Tabela 17: Matriz de integração dos MRRs

Funcionalidade	MRR do Projecto	MRR do Empreiteiro	MRR do Trabalhador
Foco principal	Impactos ambientais e comunitários	Cumprimento do contrato e registos diários	Condições de trabalho Salários SST (Saúde e Segurança no Trabalho).
Pontos de acesso	Caixas de reclamação públicas Líderes locais Linhas verde	Oficial de comunicação na obra Registos internos de controlo de qualidade	Caixas de reclamações próximos dos alojamentos dos trabalhadores (no estaleiro) Linhas de SMS Representantes de saúde e segurança entre os trabalhadores
Gestão	Especialista A&S da UIP Oficial de ligação à comunidade.	Gestor de projetos do empreiteiro e/ou engenheiro da obra.	Gestor de Recursos Humanos Oficial de SST do empreiteiro
Ponto de integração	Registos do empreiteiro Registo de repara de danos à propriedade causados actividades do empreiteiro.	Soluções implementadas pela comunidade Acções relacionadas com a saúde e segurança dos trabalhadores.	Encaminha para a UIP disputas laborais graves não resolvidos

6.3. Sumário do MRR dos Trabalhadores

O Projecto estabelecerá e implementará um Mecanismo de Reclamações dos Trabalhadores (MRT) acessível, transparente, confidencial e funcional, destinado a permitir que trabalhadores associados ao Projecto possam apresentar preocupações, reclamações, sugestões ou denúncias relacionadas com condições de trabalho e outras matérias laborais.

O mecanismo será desenvolvido e implementado em conformidade com os dispositivos legais nacionais e do Banco Mundial.

Nos termos da NAS2, os trabalhadores deverão ter acesso a um mecanismo de reclamação que permita apresentar preocupações laborais de forma segura e sem risco de retaliação. A NAS10 reforça igualmente a necessidade de mecanismos acessíveis, inclusivos e transparentes de gestão de reclamações e feedback.

O Mecanismo de Reclamações dos Trabalhadores deverá funcionar de forma coordenada com outros mecanismos e instrumentos ambientais e sociais do Projecto, evitando duplicações e assegurando coerência institucional.

Sempre que apropriado e mediante consentimento do reclamante, poderá existir articulação e encaminhamento entre os diferentes mecanismos do Projecto, particularmente em matérias que envolvam simultaneamente trabalhadores, comunidades e riscos sociais mais amplos.

As reclamações dos trabalhadores serão apresentadas através de diferentes canais, incluindo:

- Comunicação verbal ao supervisor;
- Livro ou formulário de reclamações;
- Linha telefónica ou contacto dedicado;
- Correio electrónico;
- Caixas de sugestões ou reclamações;
- Canais específicos e confidenciais para EAS/AS;
- Representantes dos trabalhadores ou pontos focais designados.

O tratamento das reclamações deverá seguir, de forma geral, as seguintes etapas:

- Recepção da reclamação;
- Registo e categorização;
- Triagem e avaliação inicial;
- Investigação e análise;
- Definição de medidas correctivas ou resposta;
- Comunicação da decisão ao reclamante;
- Implementação das medidas acordadas;
- Encerramento e registo final.

7. MONITORIA E RELATÓRIO

A monitoria e o relatório do engajamento das partes interessadas servem a dois propósitos. O primeiro é a prestação de contas, demonstrando ao Banco Mundial, às comunidades e ao Governo de Moçambique que os compromissos deste Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI) estão sendo cumpridos. O segundo é a gestão adaptativa, identificando onde o engajamento não está funcionando e corrigindo-o antes que os problemas se agravem. Ambas as funções são igualmente importantes. Um projecto que monitora o engajamento apenas para fins de relatórios de conformidade e não utiliza as conclusões para aprimorar sua abordagem está produzindo dados sem valor e não está cumprindo suas obrigações contratuais.

7.1. Indicadores de Monitoria do PEPI

Os indicadores a seguir monitoram a qualidade, o alcance e a eficácia do engajamento das partes interessadas em todo o portfólio da MozResilience. Eles são apresentados na seção de engajamento das partes interessadas de cada relatório de progresso ambiental e social.

Tabela 18: Resumo dos Indicadores de Monitoria do PEPI

Indicador	Alvo	Fonte de verificação
Número de municípios com MRR operacional e testado antes da assinatura do contrato de obras civis	100% (todos os 9) antes do primeiro contrato	MRR operacional ao nível municipal e reclamações recebidas e nível de resolução incluído nos relatórios trimestrais partilhados com o Banco Mundial
Número de parcerias com prestadores de serviços de combate à violência baseada no gênero estabelecidas por município antes das obras civis.	Mínimo de 1 por município	Contratos de estabelecidos com prestadores de serviços de VBG
Número de eventos de consulta realizados por município por período de relatório - desagregados por tipo	Mínimo de 1 evento de consulta pública por município	Registos mensais das consultas realizadas pelo ponto focal/especialista ambiental e social ao nível municipal
Percentagem de participantes na consulta que são mulheres	Mínimo de 40% em todos os eventos.	Registos de presença desagregados por gênero
Número de sessões de grupos focais exclusivamente femininos realizadas por município por fase.	Mínimo de 1 sessão por município antes das obras civis; 1 sessão por trimestre durante a implementação do RAP.	Relatório mensal do especialista em VBG da MAEFP UIP
Número e taxa de resolução de reclamações de MRR - desagregadas por tipo, gênero e município.	Taxa de resolução: 100% dentro dos prazos definidos; 0 reclamações pendentes há mais de 45 dias.	Análise trimestral de tendências do Oficial de MRR, e seguimento das acções correctivas.

Percentagem de PAPs que receberam consulta ao nível do agregado familiar antes da data limite do RAP	100% dos casos confirmados de PAP	Registos do censo FIPAAS UIP / MAEFP UIP RAP
Satisfação da comunidade com a qualidade do engajamento - pesquisa anual desagregado por grupos comunitários.	Classificação mínima de satisfação de 70%.	Pesquisa anual de satisfação da comunidade - oral, em línguas locais.
Número de transmissões de rádio em língua local por município por período de referência	Mínimo de 90% das transmissões por mês por município realizadas no idioma local predominante Mínimo de uma (1) transmissão por semana durante execução de projetos específicos.	Formulários mensais do ponto focal ambiental e social ao nível municipal; registos da estação de rádio
Número de consultas realizadas especificamente em abrigos temporários ou em comunidades afectadas por desastres	Total dos abrigos existentes	Relatórios de consulta pública anexos ao relatório trimestral ambiental e social.
Percentagem de residentes em abrigos que referem que os critérios de selecção para pacotes de habitação ou de substituição de meios de subsistência foram comunicados e compreendidos de forma clara.	Pelo menos 70% de residentes em abrigo.	Relatórios de consulta pública. Relatórios de pesquisas de monitorização do projeto.
Número de queixas apresentadas por residentes de abrigos e pessoas afectadas por catástrofes, categorizadas por tipo.	Percentagem de pessoas conhecendo o canal para queixas (90%); Número de queixas recebidas atendidas satisfatoriamente (100%)	Análise trimestral de tendências do Oficial de MRR
Percentagem de residentes em abrigos que confirmaram sentir-se seguros ao aceder a instalações de água, saneamento e higiene (WASH).	Pelo menos 70% de inquiridos em pesquisas de monitoria do projecto	Relatórios de pesquisas de monitorização do projeto.

7.2. Envolvimento das Partes Interessadas no Monitoramento

O monitoramento do engajamento das partes interessadas não é um exercício administrativo interno – requer o envolvimento ativo das comunidades e organizações com as quais o projeto está interagindo. Três mecanismos incorporam a participação da comunidade no monitoramento.

- O registro do MRR — que documenta os tipos de reclamações, os tempos de resolução e os resultados — é o indicador mais direto da eficácia do engajamento. Um MRR em funcionamento que não recebe reclamações não indica um bom desempenho; pode indicar inacessibilidade. As tendências de desempenho do MRR são analisadas mensalmente pelo Especialista Social da Unidade de Implementação do Projeto (UIP no MAEFP) e relatadas regularmente ao Banco Mundial.
- Um questionário oral aplicado em línguas locais por especialistas A&S em cada município. Ele pergunta diretamente aos membros da comunidade se eles receberam informações claras sobre o projeto, se sabem como expressar uma preocupação, se as preocupações que expressaram foram atendidas e se sentem que suas opiniões influenciaram as decisões do projeto. Os resultados são desagregados por gênero e em cada município e publicados trimestralmente nos sites do MOPHRH e do MAEFP.
- A Monitoria Independente realiza auditorias anuais que abrangem o cumprimento dos compromissos do PCAS (Plano de Compromisso Ambiental e Social), a implementação do RAP (Plano de Ação de Reassentamento), a acessibilidade e o desempenho do MRR e a saúde e segurança da comunidade em canteiros de obras ativos. A avaliação da monitoria independente sobre a qualidade do engajamento das partes interessadas é uma verificação independente das autodeclarações da UIP (Unidade de Implementação do Projeto). Os relatórios anuais de auditoria da monitoria independente são divulgados publicamente em até 30 dias após a conclusão.

7.3. Apresentação de Relatórios aos Grupos de Partes Interessadas

Um projeto que coleta contribuições da comunidade, mas nunca relata o que aconteceu com elas, gera desconfiança mais rapidamente do que um projeto que não realiza nenhuma consulta. A prestação de contas não é opcional – é a etapa que torna a consulta significativa, em vez de meramente formal. O Mozresillience se compromete com as seguintes obrigações de prestação de contas:

- Um resumo não técnico de cada evento de consulta – abrangendo quem participou, o que foi levantado e como o projeto respondeu – deve ser publicado nos sites dos projetos MOPHRH e MAEFP em até 15 dias úteis após cada sessão e compartilhado com os escritórios municipais para exibição local.
- Para cada consulta do QGAS, EIAS ou PAR, uma matriz documentando cada questão levantada, a resposta do projeto e se a contribuição foi incorporada ao projeto deve ser preparada e arquivada na DINAMB como um anexo obrigatório ao relatório de participação pública.
- A seção de engajamento das partes interessadas do relatório semestral de progresso ambiental e social resume: as consultas realizadas; os dados de participação desagregados por gênero, grupo vulnerável e município; o desempenho do MRR; as questões levantadas e como foram abordadas; e as ações tomadas para melhorar a qualidade do engajamento. Este relatório é divulgado publicamente no portal do Banco Mundial.

- Uma vez por ano, o Especialista Social da Unidade de Implementação do Projeto no MAEFP facilita uma sessão de feedback à comunidade em cada município, apresentando o que o projeto realizou, quais preocupações foram levantadas, como foram abordadas e o que acontecerá a seguir, incluindo o plano de próximas sessões de engajamento e o orçamento tentativo para o efeito. Esta sessão é conduzida nos idiomas locais e documentada com uma lista de presença e um resumo.
- Os dados agregados do MRR — volume de reclamações por tipo e município, taxas de resolução, tempos médios de resolução e quaisquer problemas sistêmicos identificados — são divulgados publicamente nos sites do MOPHRH e do MAEFP semestralmente. As informações individuais dos reclamantes são mantidas em sigilo absoluto.

Em adição, a divulgação de informação deverá assegurar os seguintes elementos: A **elegibilidade** para benefícios do projecto foca-se em famílias de baixa renda, famílias chefiadas por mulheres e famílias com crianças pequenas. Esses **beneficiários deverão ser seleccionados** considerando o nível de vulnerabilidade das famílias afectadas, e por isso as actividades que envolvem expropriação de terras ou a deslocalização permanente de membros da comunidade serão tratados de acordo com o previsto no Quadro de Política de Reassentamento elaborado para o Projecto. O **projecto tem limitações de recursos**, e por isso foco será a recuperação e reabilitação de infraestruturas danificadas durante as recentes inundações (janeiro de 2026), como estradas, valas de drenagem, abastecimento de água etc, nos municípios do Grande Maputo, Xai-Xai, Chibuto, Chókwe e Beira.

7.4. Sugestões para Actualização do PEPI

O PEPI é um documento vivo, e por isso deve ser atualizado sempre que as condições mudarem substancialmente. Os seguintes eventos exigem uma revisão e atualização obrigatória do PEPI, a ser submetida ao Banco Mundial dentro de um prazo razoável estabelecido ou acordado com o Banco em relação ao evento que o desencadeou:

- Um desastre de grandes proporções que afecte os municípios do projecto, causando novos deslocamentos ou alterando substancialmente o contexto social.
- Uma mudança significativa no escopo do projeto, na abrangência geográfica ou na população afetada.
- Uma constatação da revisão anual do PEPI ou da auditoria da monitoria independente de que dois ou mais indicadores de monitoramento estão abaixo da meta por dois períodos de relatório consecutivos.
- Uma preocupação ou protesto relevante da comunidade, identificado por meio do MRR ou de monitoramento externo, que não foi resolvido pelos processos de engajamento padrão.
- Revisão intercalar/meio-termo do Mozresilience.

ANEXOS

Anexo 1: Modelo para Registo da Ata da Consulta

Parte interessada (grupo ou indivíduo)	Datas das consultas	Resumo da manifestação	Resposta da Equipa de Implementação do Projeto	Acções de acompanhamento/Próximos passos	Acordo alcançado	Cronograma/Data para Conclusão das Acções de Acompanhamento)

Anexo 2: Modelo de Formulário de Registo da Reclamação

<p>Deve ser atribuído um código único a cada reclamação no momento em que é apresentada pela primeira vez, e o mesmo código deve ser utilizado para todas as reclamações futuras comunicadas pela mesma pessoa.</p>		
<p>1. INFORMAÇÕES SOBRE O INCIDENTE</p>		
1.1 Recebido por:	1.2 Data de recepção:	1.3 Reportado por:
<p>1.4 Categoria da reclamação - (Circule conforme apropriado)</p> <p><i>(Indemnização/Acesso à propriedade/Notificação inadequada/Interrupção de negócios ou propriedade/Danos à propriedade/Danos ambientais/Risco à segurança/Trânsito/Disputa de limites/ruído e vibração/sinalização deficiente de valas abertas/casos de assédio ou abuso sexual/abuso de poder-favorecimento/falta de EPIs/exclusão de pessoas vulneráveis/falta de auscultação prévia/Outros)</i></p> <p>Outro</p>		
<p>1.5 Relacionado com o projecto?</p> <p>Sim: <input type="checkbox"/> Não: <input type="checkbox"/></p> <p>- Se a reclamação não estiver relacionada com o projeto, não prossiga (esta decisão deverá ser tomada com intervenção dos especialistas A&S da UIP, ouvido o reclamante).</p>	1.6 Data do reporte ao Empreiteiro:	1.7 Data de reporte a UIP:

1.8 Nr de Identificação do caso:	1.9 Localização	1.10 Distrito/Município:		
1.11 Número de contacto:		1.12 Nome do Empreiteiro:		
1.13 Risco de retaliação: Sim: <input type="checkbox"/> Não: <input type="checkbox"/>				
1.14 Descrição da reclamação:				
1.15 Descrição do processo de investigação, verificação e negociação				
2. RESPOSTA DA RESOLUÇÃO				
2.1 Reclamante satisfeito com o processo? Sim: <input type="checkbox"/> Não: <input type="checkbox"/>		Porque não?		
2.2 Reclamante satisfeito com o resultado? Sim: <input type="checkbox"/> Não: <input type="checkbox"/>		Porque não?		
2.3 Outras informações relevantes:				
3. MEDIDAS TOMADAS PARA RESOLVER A RECLAMAÇÃO				
Denúncia/reclamação	Data da denúncia/reclamação	Medidas tomadas	Descrição da resolução proposta	Aceitação (Sim/Não)
Nome do reclamante:				
Assinatura do reclamante:		Data:		
Assinado (Ponto Focal do MRR)		Data:		
Copiado a:				

Anexo 3: Lista de Presenças nas Consultas Públicas – Chibuto

(lista removida para proteger a identidade dos participantes)

Anexo 4: Lista de Presenças nas Consultas Públicas – Chókwe

(lista removida para proteger a identidade dos participantes)

Anexo 5: Lista de Presenças nas Consultas Públicas – Beira

(lista removida para proteger a identidade dos participantes)

Anexo 6: Lista de Presenças nas Consultas Públicas – Cidade de Maputo

(lista removida para proteger a identidade dos participantes)

Anexo 7: Lista de Presenças nas Consultas Públicas – Marracuene

(lista removida para proteger a identidade dos participantes)

Anexo 8: Lista de Presenças nas Consultas Públicas – Boane

(lista removida para proteger a identidade dos participantes)

Anexo 9: Lista de Presenças nas Consultas Públicas – Matola-rio

(lista removida para proteger a identidade dos participantes)

Anexo 10: Lista de Presenças nas Consultas Públicas – Xai-Xai

(lista removida para proteger a identidade dos participantes)

Anexo 11: Lista de Presenças nas Consultas Públicas – Cidade da Matola

(lista removida para proteger a identidade dos participantes)